

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO ANTÔNIO ROQUE CITADINI - DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - TCE/SP.

Processo: TC-004387.989.22-1

Entidade: Prefeitura Municipal de Salto

Assunto: Contas Anuais

Exercício: 2022

Prefeito: Sr. Laerte Sonsin Junior

Período: 01/01/2022 a 31/12/2022

Relatoria: Conselheiro Antônio Roque Citadini

Instrução: UR-9 - Sorocaba / DSF-II

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO, por seu advogado, que esta subscreve (requer prazo de 05 dias para a juntada da r. procuração), vem à respeitável presença de Vossa Excelência, para apresentar as **JUSTIFICATIVAS** pertinentes em face das anotações constantes do relatório de inspeção "*in loco*", o que se faz com fundamento na Lei Complementar nº 709/93, bem como nas razões fáticas e jurídicas a seguir expostas.

Em exame as Contas Anuais de 2022 da Prefeitura Municipal de Salto, onde a equipe de fiscalização da Unidade Regional de Sorocaba, em relatório detalhado, consolidou o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta E. Corte de Contas.

As supostas impropriedades detectadas pela unidade fiscalizadora serão detalhadamente justificadas, demonstrando que não existem motivos para emissão de parecer contrário à aprovação do Balanço Geral em exame.

Antes, porém, é oportuno ressaltar que foi com imensa satisfação que a Administração Municipal recebeu o relatório das Contas do Exercício de 2022 da Prefeitura de Salto, vez que essa C. Corte encontrou **os pontos de maior relevância da Administração Pública dentro da mais perfeita ordem, com destaque para os seguintes indicadores:**

ITENS	
CONTROLE INTERNO	Parcialmente regular
HOUE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	Não
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (<i>superávit</i>)	7,06%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	3,99%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/dépósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Prejudicado*
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	Sim
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	39,45%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I e III, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da CF (limite mínimo de 25%)	26,96%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100,00%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Prejudicado
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	95,44%
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicada em despesas de capital no percentual mínimo de 15%?	Não se aplica
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicado em educação infantil conforme Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	28,55%

Assim, apesar de ser constatada a regularidade na maioria dos itens e nos mais importantes, o que por si só deve levar à aprovação das contas “*in examine*”, anotou a d. fiscalização algumas incorreções, as quais passam a ser esclarecidas a partir das justificativas e documentos a seguir expostos.

A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO:

Em relação às fiscalizações ordenadas realizadas em 2022, em temáticas específicas, a Fiscalização apontou o quanto segue:

1. Tema : Resíduos Sólidos:

- O Município não instituiu a cobrança de taxa ou tarifa decorrente da prestação de serviços de limpeza urbana de manejo de resíduos sólidos, em desconformidade com o art. 35 da Lei 11.445/07;
- Os resíduos sólidos (lodos) gerados na Estação de Tratamento de Água (ETAs) são depositados indevidamente em corpos hídricos.
- Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde)

Nesse tópico a equipe de fiscalização apontou algumas incongruências quando da realização da fiscalização ordenada, entretanto, tais apontamentos já foram respondidos nos respectivos itens constantes do processo TC 7195.989.22-3, motivo pelo qual, remete-se aos referidos itens.

Vale ressaltar que diversas providências foram adotadas e outras estão na eminência de sua conclusão, o que permitirá, em curto espaço de tempo, grande avanço nas ações destinadas a atendimento das metas preconizadas pela agenda 2030, fato que, com o devido respeito, poderá ser objeto de acompanhamento nas próximas inspeções “*in loco*”.

2. Tema: Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares

- O monitor de Transporte escolar não estava uniformizado ou identificado por meio de crachá,
- Não havia AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros no prazo de validade na Unidade Escolar visitada
- Irregularidades na Quadra: ninhos pombos na cobertura,
- Não há registros sobre a última fiscalização do CAE
- A escola não possui laboratórios ou sala de informática com computadores para os alunos

Em relação aos apontamentos, foram adotadas diversas providências no exercício examinado.

No que se refere às inadequações verificadas prédio (trincas do muro, problemas no forro, presença de pombos e etc), cumpre informar que ações de melhorias de manutenção e reforma da unidade escolar já se encontram na Secretaria Municipal de Obras e Serviços para elaboração de memorial descritivo e abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada, de maneira que, em breve, a situação será resolvida.

Sobre o apurado, reporta-se ao contido no processo TC 7195.989.22-3, no qual foram apresentadas as justificativas pertinentes.

Cabe também ressaltar que a jurisprudência desta Colenda Corte de Contas é remansosa no sentido de relevar esse tipo de incongruência, desde que sejam tomadas providências. Nesse sentido:

*“[...] **RELATÓRIO** Cuidam os autos do exame das contas da **Prefeitura Municipal de Nova Independência**, relativas ao **exercício de 2019**. A Unidade Regional de Andradina, responsável pelo exame in loco, elaborou o Relatório constante no evento 45, apontando o que segue:*

[...]

IEG-M – I-EDUC – ÍNDICE “C” (baixo nível de adequação); diversas falhas encontradas no setor, destacando-se: existência de mais de 10% do quadro de professores como temporários; piso salarial inferior ao nacional; turmas dos anos iniciais do ensino fundamental com mais de 24 alunos por sala; nem todas as escolas estavam adaptadas para receber crianças com deficiência e/ou possuíam o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros vigente em 2019; nenhuma escola dos anos iniciais do ensino fundamental contava com quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas; não foi atingida a meta do IDEB para os anos finais do ensino fundamental; não houve o fornecimento de recursos para o funcionamento dos Conselhos Municipal de Educação, de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e de Alimentação Escolar (recursos humanos e orçamentários e estrutura física).

[...]

***Em relação ao índice “C” obtido no IEG-M – I-EDUC**, denotando baixo nível de adequação, deverá a Municipalidade sanear as irregularidades verificadas pela Fiscalização, garantindo a qualidade dos serviços prestados aos alunos da rede municipal de ensino.*

[...]

Em face de todo o exposto e acolhendo as unânimes manifestações de ATJ (Econômico-Financeira, Jurídica e Chefia) e do D. MPC, voto pela emissão de Parecer Favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Nova Independência, relativas ao exercício de 2019, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal. [...] (grifos nossos)

(TCE-SP. TC-004564/989/19. Relator: Conselheiro Renato Martins Costa. Sessão de 09.02.2021)

Aguarda-se tratamento idêntico ao dispensado nos julgados ora destacados.

A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO:

Neste tópico, apesar de a Equipe de Fiscalização ter verificado que a Prefeitura do Município de Salto regulamentou o sistema de controle interno e que referido órgão municipal produz relatórios periódicos, em conformidade com o disposto no Comunicado SDG nº 17/2020, registrou-se que os relatórios apresentados se restringiram a análises e acompanhamentos pertinentes aos aspectos financeiros e orçamentários do Executivo, deixando de contemplar a efetividade das políticas públicas implantadas.

Salientou-se que não houve a elaboração do Plano Operativo Anual pelo Sistema de Controle Interno.

Excelência, inicialmente, cumpre verificar que a atuação do sistema de controle interno não se limita à confecção de relatórios periódicos, vez que os objetivos deste órgão foram devidamente atingidos no exercício de 2022.

No âmbito do Poder Executivo de Salto foi editada a Lei Municipal nº 3.185, de 22 de junho de 2013, que criou o sistema de controladoria interna, trazendo em seu bojo as diretrizes gerais e necessárias para implantação e funcionamento do sistema de controle interno, à exemplo do verificado no artigo 3º da referida norma:

“Art. 3º - O Sistema de Controladoria da Administração Municipal tem as seguintes finalidades:

I. Orientar as áreas da Administração Municipal na aplicação e execução dos recursos públicos;

II. Prevenir e auxiliar na correção de possíveis vícios processuais;

III. Acompanhar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas orçamentários, inclusive no que se refere à eficiência e à eficácia;

IV. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, mediante avaliações periódicas ou por amostragem;

V. Assessorar o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres municipais;

VI. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

VII. Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados;

VIII. Promover o cumprimento das normas legais e técnicas.”

A Prefeitura Municipal de Salto editou e publicou o Decreto nº 175, de 09 de agosto de 2019, que dispõe sobre regulamentação do Sistema de Controladoria da Administração Municipal e a atuação desta Unidade na estrutura organizacional do Poder Executivo da Estância Turística de Salto, na forma da Lei Municipal nº 3185 de 22 junho de 2013.

À luz do contido nos referidos comandos legais, a servidora responsável pelo sistema de controle interno, em 2022, executou atividades correlatas à legislação ora mencionada, dentro as quais cabem mencionar as seguintes tarefas desempenhadas:

- ✓ Acompanhamento mensal dos demonstrativos das receitas e despesas;
- ✓ Análise dos relatórios mensais, bimestrais, trimestrais e quadrimestrais (RGF, RREO, Saúde Educação);
- ✓ Análise e encaminhamento dos dados ao IEGM;
- ✓ Prestação de Contas Anuais, solicitando a cada departamento responsável o envio das informações para posterior envio ao TCESP;
- ✓ Análise das prestações de contas do terceiro setor e envio dos arquivos ao AUDESP (SISRTS);
- ✓ Análise de pedidos de compras diretas.

O Poder Executivo adotou medidas de incentivo para aprimoramento do Controle Interno, como por exemplo, a edição do Decreto n. 122 de 24 de Abril de 2023 (**Documento n. 01**), que objetivou ampliar o conhecimento e a eficiência na sua atuação, vez que instituiu a Unidade Central de Controle Interno (UCCI), para avaliação da eficácia dos controles internos mantidos pelas unidades integrantes da estrutura administrativa.

Nesse contexto destaca-se, entre outros aspectos a atuação do Controle Interno nas seguintes vertentes:

- ✓ Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus resultados.
- ✓ Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
- ✓ Comprovar a legalidade dos repasses a entidades do terceiro setor, avaliando a eficácia e a eficiência dos resultados alcançados.
- ✓ Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.
- ✓ Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional.

- ✓ Em conjunto com autoridades da Administração Financeira do Município, assinar o Relatório de Gestão Fiscal.
- ✓ Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados.

Os relatórios quadrimestrais elaborados pelo Controle Interno permitem aferir que a Prefeitura de Salto respeitou ao contido na Lei Municipal nº 3.185/2013, bem como as previsões constitucionais sobre o tema.

Assim, é necessário compreender que o controle interno atua através de diversas frentes de trabalho e não apenas através da simples elaboração de relatórios periódicos. Os relatórios mencionados pela fiscalização trazem em seu bojo apenas algumas das diversas ações desempenhadas pelo sistema de controle interno, o que permitiu ao Executivo adotar providências saneadoras no curso da execução do exercício.

Em razão do exposto, não se verifica nenhuma falha capaz de impedir a emissão de Parecer Favorável à aprovação das Contas de 2022 da Prefeitura de Salto.

Nessa linha, convém lembrar que a jurisprudência desse E. Tribunal é assente no sentido de relevar apontamentos até mais complexos, referentes ao Controle Interno, conforme entendimento abrigado no processo abaixo. Vejamos:

*“Conselheiro Dimas Ramalho - Segunda Câmara - Sessão:
07/03/2023*

TC-007247.989.20-5

Prefeitura Municipal: Votuporanga.

Exercício: 2021.

(...)

A.1.1.1. CONTROLE INTERNO

*Registro, pelo Sistema de Controle Interno, de várias falhas relacionadas aos inúmeros setores da Administração Municipal; **O Sistema de Controle Interno não exerce parte de suas funções constitucionais e/ou legais,***

denotando inobservância ao art. 38, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 709/1993; aos incisos II e VI do art. 59 da LRF e ao inciso II do art. 75 da Lei nº 4.320/1964;

Não há disponibilização de programas de treinamento aos quadros funcionais do Sistema de Controle Interno; A Unidade Central de Controle Interno não possui autonomia e independência para o exercício de suas funções.

(...)

VOTO pela emissão de PARECER FAVORÁVEL à aprovação das contas de 2021 da PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA, ressaltando os atos pendentes de apreciação por esta Corte.”

Pelo exposto, diante da inexistência de falhas graves, roga-se, desde já, pela relevação das eventuais impropriedades relacionadas ao controle interno.

B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (I-PLAN/ IEG-M):

Neste tópico, a fiscalização apontou falha verificada na apuração que interferiu negativamente no índice de eficiência no planejamento municipal, quais sejam:

Para aprimorar o planejamento no município, tendo em vista as notas “C/C” obtidas nos quatro últimos exercícios avaliados, visando a elevação dos conceitos e, consequentemente, o aprimoramento e maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população, a Prefeitura Municipal de Salto está empenhada em elevar suas notas no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) e, como reflexo desse compromisso, os funcionários públicos estão participando de diversos treinamentos e capacitações, conforme evidenciado na documentação anexa (**Documento n. 02**) a seguir:

- ✓ De 20/03/2023 a 16/04/2023, a servidora Janaina de Castro participou do curso sobre a “Nova Lei de Licitações: Gestão Contratual (Turma MAR/2023)”.
- ✓ De 20/03/2023 a 16/04/2023, a servidora Janaina de Castro participou do curso sobre a “Nova Lei de Licitações: Planejamento e Governança (Turma MAR/2023)”.

- ✓ De 20/04/2023 a 24/04/2023, a servidora Janaina de Castro participou do curso sobre a “Nova Lei de Licitações: Sanções ao fornecedor (Turma ABR/2023)”.
- ✓ De 24/04/2023 a 28/04/2023, a servidora Janaina de Castro participou do curso sobre a “Nova Lei de Licitações: modalidade e seleção de fornecedores (Turma ABR/2023).
- ✓ De 25/04/2023 a 01/05/2023, a servidora Janaina de Castro participou do curso sobre a “Nova lei de licitações: Visão Geral (Turma ABR/2023)”.
- ✓ Em 01/06/2023, o servidor Israel Demetrius Franchi participou do curso sobre “Planejamento e Condução Orçamentária, Contábil e Financeira”.
- ✓ Em 08/03/2023, o servidor Israel Demetrius Franchi participou do curso sobre “A Obrigatoriedade do Planejamento Municipal para elaboração do orçamento 2024, levantamento de dados, análise das prioridades em compatibilidade com plano de contratações anuais de acordo com a Nova Lei de Licitações 14.133/2021.
- ✓ Em 08/03/2023, a servidora Anita Fernanda Pereira Piovesan participou do curso sobre “A obrigatoriedade do Planejamento Municipal para elaboração do orçamento 2024, levantamento de dados, análise das prioridades em compatibilidade com Plano de Contratações Anuais de acordo com a Nova Lei de Licitações 14.133/2021”.
- ✓ Em 10/07/2023, o servidor Israel Demetrius Franchi participou do treinamento sobre “EFD-Reinf e Retenção de Imposto de Renda (IRRF) pelos órgãos públicos”.
- ✓ Em 01/06/2023, a servidora Anita Fernanda Pereira Piovesan participou do curso sobre “Planejamento e Condução Orçamentária, Contábil e Financeira”.
- ✓ Consta a participação dos servidores de Salto em diversos cursos disponibilizados pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dentre eles, alguns específicos sobre o IEG-M.

Por meio das diversas capacitações que os servidores municipais estão realizando, fica evidente o comprometimento da Prefeitura de Salto para elevar suas notas no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M). Estes treinamentos não apenas aprimoram as habilidades dos funcionários públicos, mas também refletem o compromisso da Administração em promover uma gestão mais eficaz e eficiente.

Assim, na medida que os servidores adquirem novas habilidades e conhecimentos, o Município está se preparando para implementar práticas mais eficientes,

transparentes e responsáveis. Isso, por sua vez, contribuirá para a melhoria das notas do IEG-M.

Além das medidas que estão sendo tomadas para melhoria dos índices do IEG-M, a análise do exercício em questão evidenciou o cumprimento dos requisitos constitucionais e legais, incluindo gastos com ensino, precatórios, saúde e limites de gastos com pessoal, bem como a devida aplicação dos recursos do FUNDEB para a valorização dos profissionais do magistério.

Desse modo, os aspectos constitucionais e legais mais relevantes foram devidamente atendidos. Nesse sentido, na decisão que tratou sobre as contas do exercício de 2020 da Prefeitura Municipal de Mineiros do Tietê (TC-002890.989.20-5), na sessão de 21/06/2022, da C. Segunda Câmara, o Exmo. Conselheiro Robson Marinho relevou a média “C” obtida no IEG-M, em decorrência do Executivo Municipal ter observado os aspectos relevantes do exercício, cumprindo os mandamentos legais e constitucionais relativos ao ensino, saúde, precatórios, transferência de recursos à Câmara, bem como a despesa com pessoal, emitindo parecer prévio favorável. Observemos ementa e trechos do voto:

“EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. CUMPRIMENTO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. FALHAS AFASTADAS. FAVORÁVEL. RECOMENDAÇÕES.

“Quanto à efetividade das políticas públicas, o Município de Mineiros do Tietê apresentou no exercício média geral de resultados “C”, considerado, portanto, “baixo nível de adequação” perante os critérios de avaliação do IEGM/TCESP.

Contudo, o Poder Executivo Municipal observou aspectos relevantes no exame das contas, tendo em vista o cumprimento dos mandamentos legais e constitucionais relativos às despesas com Pessoal, Ensino, Saúde, Precatórios e Transferência de Recursos à Câmara Municipal. Diante disso, caberá à Administração a adoção de medidas regularizadoras sobre os quesitos que necessitem de reparos, a fim de aprimorar e tornar mais eficientes os serviços prestados aos munícipes.

(...)

*Por todo exposto, os apontamentos efetuados pela fiscalização podem ser alçados ao campo das recomendações diante das justificativas apresentadas pelo interessado. Feitas essas considerações, voto pela emissão de **parecer favorável à aprovação das contas prestadas pela Prefeitura Municipal de Mineiros do Tietê, relativas ao exercício de 2020.***

(g.n.)

Desse modo, diante do incontroverso equilíbrio fiscal apresentado no exercício examinado, a classificação obtida no IEG-M pode ser relevada.

a. Não houve levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências do município antecedentes ao planejamento, bem como não houve estudo para elaboração/definição dos programas, ações, metas e indicadores do Plano Plurianual - PPA (Questões nos 2.0 e 6.0 do I-Planejamento).

Cumpra esclarecer que houve a coleta de levantamentos formais dos problemas, necessidades e deficiências do município antecedentes ao planejamento, seja internamente, através de reuniões dos coordenadores municipais e equipes de governo, seja externamente.

Esta municipalidade tem se esforçado para colher o maior número de levantamentos formais dos problemas e necessidades, sendo utilizados meios legais para a captação das informações.

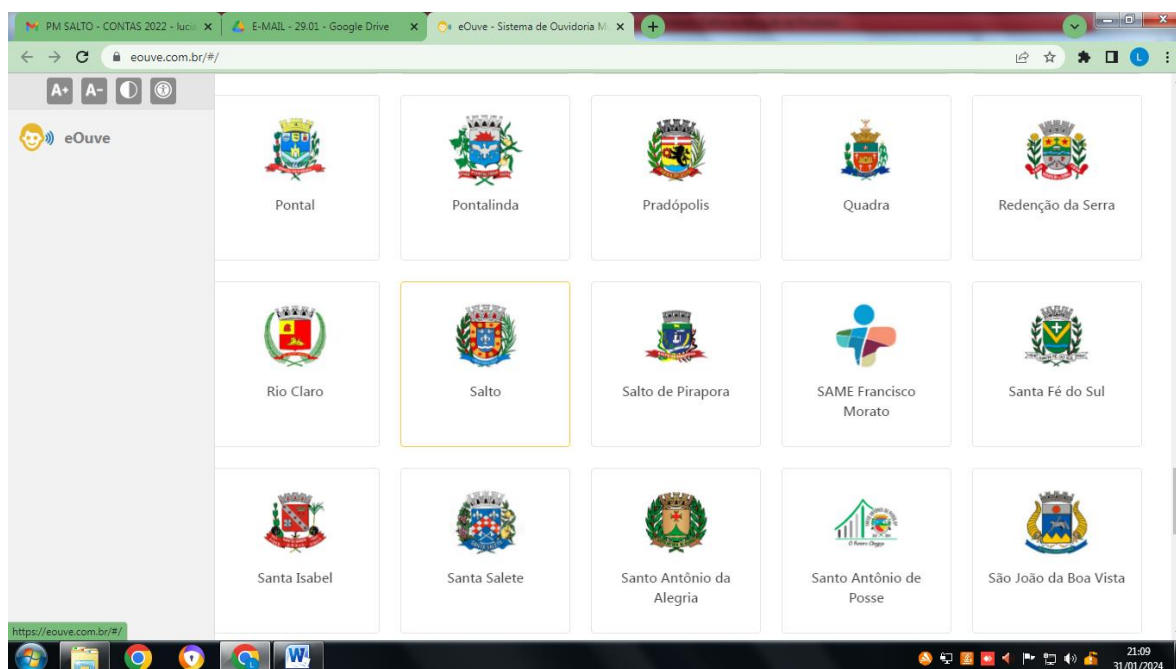
A Prefeitura Municipal de Salto disponibiliza em seu sítio eletrônico a “Ouvidoria - eOuve Salto”, meio legal em que a população pode enviar (antes do planejamento) menções em relação aos problemas, necessidades e deficiências do município, podendo ser acessado através dos links <https://salto.sp.gov.br/ouvidoria/> e <https://eouve.com.br/#/>.

A seguir, para a comprovação do alegado, “prints” das telas constando o serviço e seu respectivo link de acesso:

Ouvidoria - <https://salto.sp.gov.br/ouvidoria/>



eOuve Salto - <https://eouve.com.br/#/>

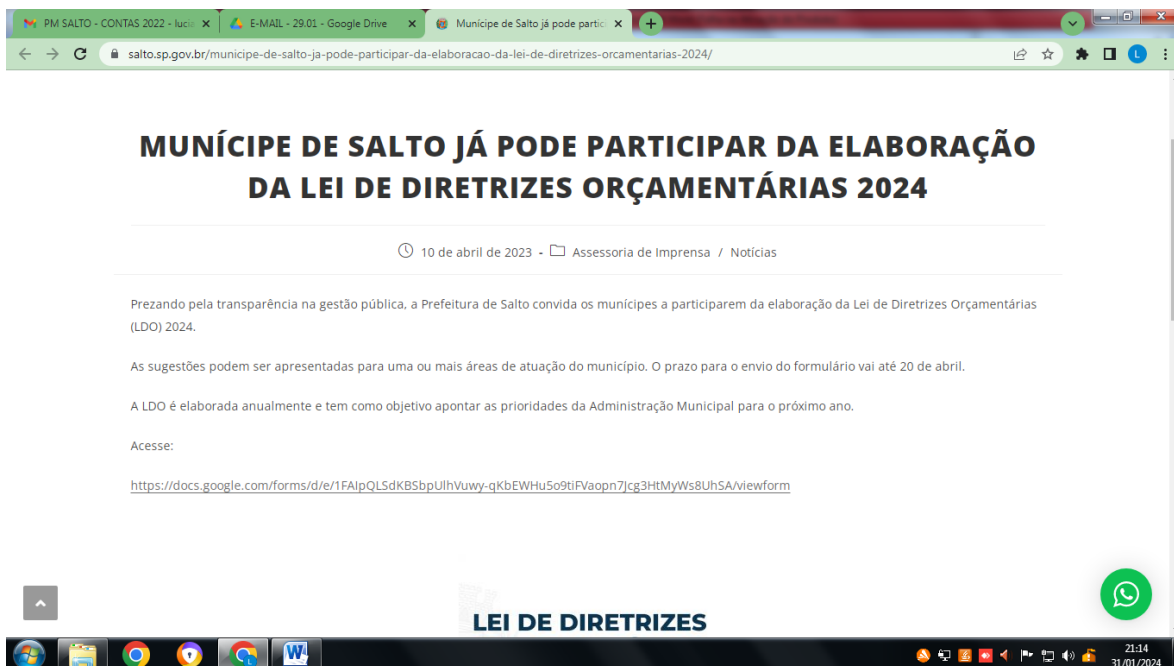


Como pode ser observado, a ferramenta “Ouvidoria - eOuve Salto” é bem elaborada, para que os cidadãos se manifestem sobre questões que envolvam os serviços da Administração Municipal, podendo ser enviadas sugestões para cada secretaria que compõe o governo.

Ainda, a cada exercício financeiro, esta Administração busca, através das audiências públicas, coletas de sugestões pela internet, incentivar a participação popular a identificar os problemas, necessidades e deficiências do município, antecedentes ao planejamento.

Além do “eOuve Salto”, está sendo disponibilizado no site oficial, formulários específicos para a população participe da elaboração da LDO e da LOA de 2024. Para corroborar com o alegado, “prints” das páginas a seguir:

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024 - <https://salto.sp.gov.br/municepe-de-salto-ja-pode-participar-da-elaboracao-da-lei-de-diretrizes-orcamentarias-2024/>



Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024 - <https://salto.sp.gov.br/municipio-de-salto-ja-pode-participar-da-elaboracao-da-lei-orcamentaria-2024/>



Prezado Município! A Prefeitura da Estância Turística de Salto, prezando pela Transparência na Gestão Pública, busca a sua participação na elaboração da Lei Orçamentária 2024.

Instrução de Preenchimento: Apresente a sua sugestão em uma ou mais áreas de atuação do Município.

Prazo para envio deste formulário: até 20/09/2023

Nome (Preferencialmente nome completo) *

Sua resposta

Bairro: *

Sua resposta

EDUCAÇÃO: Insira a sua sugestão

Sua resposta

Portanto, demonstrado que havia meios disponíveis para a coleta de levantamentos formais dos problemas e necessidades, bem como a Prefeitura se aperfeiçoou, disponibilizando canais próprios para a participação na elaboração das Leis Orçamentárias.

b. As audiências públicas foram realizadas em dia de semana em horário comercial (entre 8 e 18 horas), inibindo a participação da maior parte da classe trabalhadora no debate (Questão nº 1.3 do I-Planejamento);

No que se refere às audiências públicas, estas foram executadas, contemplando o conteúdo exigido pela legislação, com prévia e ampla divulgação junto à população. De forma que é inegável a participação popular nas peças de orçamento do município, vez que foram efetivadas com amplo debate com a sociedade civil da cidade.

Quanto aos horários das audiências públicas da fase de elaboração do planejamento orçamentário, temos a esclarecer que a Prefeitura de Salto já implementou a realização em horário não comercial, conforme se verifica das Atas anexas (**Documento n. 03**).

Os planos orçamentários elaborados no exercício de 2023 já ocorreram após os expedientes laborais, conforme pode ser comprovado no aviso publicado no site oficial da Prefeitura (<https://salto.sp.gov.br/audiencia-publica-projeto-de-lei-diretriz-orcamentaria-anual-loa-2023/>), e colado a seguir:



Importante destacar que além das audiências serem realizadas a partir das 19 horas, são também transmitidas ao vivo por plataforma digital de videoconferência através de *link* disponibilizado aos interessados.

A gestão atual não mediu esforços para oportunizar a participação popular nas audiências, principalmente nas redes sociais.

Em todas as audiências, a administração pública oportunizou a participação popular por meio da plataforma *Zoom*, com a publicação prévia do *link* de acesso e *e-mail* para a coleta eventuais sugestões, conforme se verifica na audiência publicada no: <https://www.youtube.com/watch?v=vqTkoB-6LJk&t=31s>.

Ademais, em uma das audiências do PPA 2022-2025, foi realizada no horário noturno e disponibilizada no seguinte *link*: <https://www.camarasalto.sp.gov.br/tvweb/audiencias-publicas/video/audiencia-publica-ppa-11-08-2021.html> com duração de 4h24m.

Com a finalidade de incentivar a participação da sociedade civil, a Prefeitura de Salto publicou recentemente o questionário “Participe no Orçamento Municipal do ano 2023” disponível na Página Oficial da Prefeitura de Salto, no link: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfAJJnfSt4vkc4Op3rXH1iASZBPv3nnRF6rSjN2py3Fu7SPg/viewform>.

Destaca-se ainda que a gestão atual disponibilizou o canal de comunicação via *whatsapp* publicado nas redes sociais e na página oficial da Prefeitura:





Bem como, o amplo acesso por meio da Ouvidoria pelo sistema “e-ouve” disponível em <https://eouve.com.br/#/> e via *whatsapp*, confira-se:

Além disso, a população pode se manifestar na página da Prefeitura nas redes sociais: <https://www.facebook.com/PrefeituradeSalto/> <https://instagram.com/prefeituradesalto?igshid=YmMyMTA2M2Y>.

Cumprе destacar que o Relatório da Ouvidoria do exercício 2022 está disponível para consulta no Portal da Transparência situado na página oficial da Prefeitura de Salto, no link <https://salto.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/eOuve-Salto.pdf-relatorio-2022.pdf>

a) Nem todos os programas do PPA tiveram um estudo para elaboração e definição das ações, metas e indicadores, o que dificulta o atendimento do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto ao alegado pela fiscalização sobre estrutura administrativa exclusiva voltada ao planejamento orçamentário, temos a esclarecer que todo o processo de elaboração do planejamento municipal (PPA, LDO e LOA) é realizado pela Secretaria de Finanças, apresentado e discutido junto ao Prefeito Municipal e demais Secretários Municipais para o apontamento de prioridades, bem como é discutido com a população através das Audiências de Elaboração, em atendimento ao parágrafo 1º, Inciso I do artigo 48 da Lei Complementar 101/2000.

Ressaltamos que a Prefeitura Municipal de Salto possui uma estrutura organizacional bem estabelecida, que tem atendido perfeitamente as necessidades e demandas atuais.

Todo o processo de elaboração do planejamento municipal, incluindo o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), é realizado de forma cuidadosa e competente, em que é apresentado e discutido junto ao Prefeito Municipal para o apontamento de prioridades e debatido com a população, através das Audiências de Elaboração, em atendimento ao parágrafo 1º, Inciso I, do artigo 48 da Lei Complementar no 101/2000.

Ademais, em relação a estruturação administrativa específica de planejamento, primeiramente, esta Administração observa todas as normas vigentes que regem a administração pública municipal, como também todas as instruções publicadas por este E. Tribunal de Contas.

Respeitando o princípio da eficiência e publicidade, dois pilares que orientam a administração pública municipal, o Executivo de Salto, através de seus setores, realiza reuniões para a resolução e planejamento de todas as questões financeiras e orçamentárias.

Destacamos também que foi editada a Lei no 3.977, de 15 de setembro de 2022 (**Documento n. 04**), a qual “Dispõe sobre a Reorganização Administrativa da Estância Turística de Salto e dá outras providências”. O inciso V, do artigo 3º dispõe que na aplicação da Lei será observado o princípio do planejamento, *in verbis*:

“Art. 3º. “Na aplicação desta Lei serão observados, além daqueles previstos no artigo 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, os princípios:

I - da austeridade na criação de cargos e funções;

II - da eficiência,

III - da eficácia;

IV - da efetividade;

V - do planejamento.” (g,n.)

Na reestruturação administrativa haverá departamentos voltados ao planejamento, o que denota que todo o setor de planejamento municipal será aperfeiçoado.

Portanto, o apontamento feito pelo Agente de Fiscalização deverá ser reconsiderado, tendo em vista que a Prefeitura demonstra um compromisso com a eficácia, transparência e responsabilidade em suas práticas de planejamento.

b. Observou a fiscalização que foram abertos créditos adicionais suplementares, no montante de R\$ 71.369.495,19, correspondente a 13,75% da despesa inicialmente fixada para o Executivo Municipal (R\$ 518.873.735,39).

A fiscalização observou que foram abertos créditos adicionais suplementares no montante de R\$ 71.369.495,19, correspondente a 13,75% da despesa inicialmente fixada para o Executivo Municipal (R\$ 518.873.735,39).

A *priori*, devemos destacar que conforme mencionado pelo próprio Agente de Fiscalização nas fls. 18/19, com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou SUPERÁVIT no montante de R\$ 37.283.885,02, equivalente a 7,06% em relação a receita arrecadada no exercício, conforme trecho colacionado a seguir:

EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 528.323.108,83	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 481.500.540,56	
(-) REPASSES DE DUODECIMOS A CAMARA	R\$ 5.500.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODECIMOS DA CAMARA	R\$ 601.316,75	
(-) TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ 4.640.000,00	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	R\$ 37.283.885,02	7,06%

Desse modo, fica demonstrado o excelente resultado superavitário alcançado na execução orçamentária pela Prefeitura.

Parte deste superávit foi inserido no orçamento do exercício em tela, através de créditos adicionais. Isso por si só, comprova que as alterações orçamentárias não causaram descontrole fiscal, visto que os procedimentos não prejudicaram o equilíbrio das contas.

Além disso, ao obter o superávit orçamentário de R\$ 37.283.885,02, equivalente a 7,06% da receita arrecadada, reflete-se a capacidade do Executivo Municipal de elaborar um orçamento realista e adequado às demandas do Município, além de uma gestão prudente dos recursos disponíveis.

Ressalta-se que o orçamento de 2022 foi realizado no exercício de 2021, período em que o Brasil enfrentava os efeitos decorrentes da COVID-19, o que naquele momento trazia enorme incerteza econômica.

Dessa forma, a elaboração do orçamento de 2022 levou em consideração a necessidade de enfrentar os desafios impostos pela pandemia, e buscar a recuperação e o fortalecimento da economia. Foi preciso estabelecer medidas e estratégias para lidar com as adversidades e garantir o equilíbrio financeiro.

Significativo também esclarecer que o percentual de alterações orçamentárias anotado pela diligente equipe de fiscalização refere-se à soma de todas as alterações realizadas no exercício, seja pelo limite autorizado na LOA, seja por leis específicas. Além disso, não se trata de uma prática ou modalidade inovadora, e sim uma ação costumeira do governo bandeirante.

O Governo do Estado de São Paulo adota este mesmo procedimento e vai mais adiante. Observe que além de autorizar a implementar percentual para abertura de créditos adicionais suplementares (art. 12) e autorizar a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos orçamentários (art. 13), a LDO do exercício de 2022 (Lei Estadual no 17.387 de 22 de julho de 2021) autorizava o Governo Estadual a reprogramar recursos entre as atividades e projetos de governo (art. 14), observe:

“Artigo 12 – “Com fundamento nos §§ 8o dos artigos 165 da Constituição Federal e 174 da Constituição Estadual e nos artigos 7o e 43 da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Orçamentária de 2022 conterà autorização para o Poder Executivo proceder à abertura de créditos adicionais suplementares e estabelecerá as condições e os limites percentuais a serem observados para tanto.

§1o - Não onerarão os limites estabelecidos no "caput" deste artigo os créditos destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a transferências constitucionais previstas no artigo 158 da Constituição federal, inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores, emendas parlamentares impositivas e despesas à

conta de recursos vinculados.

§ 2 o - Os decretos para alteração da Programação Orçamentária da Despesa do exercício de 2022 serão acompanhados de exposição de motivos, justificativa e indicação dos efeitos das anulações de dotações, bem como da discriminação do crédito suplementar sobre a execução de

programas, ações e produtos.”

Artigo 13 – “O Poder Executivo, para atender necessidades devidamente justificadas, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares por decreto, poderá transpor, remanejar ou transferir

recursos de um programa para outro, de um órgão para outro, de uma categoria econômica para outra, total ou parcialmente, até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada na Lei Orçamentária para o exercício.”

Artigo 14 – “Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, autorizado, por ato próprio de autoridade competente, devidamente justificado, a reprogramar recursos entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada para o exercício e obedecida a distribuição por grupo de despesa.”

Devemos destacar que as contas do Governador relativas ao exercício de 2022 foram **aprovadas** pela Egrégia Corte de Contas, em sessão extraordinária do Tribunal Pleno do dia 28/06/2023.

Ademais, importante ressaltar que como peça de planejamento que é, a Lei Orçamentária carece de adaptações às novas condições orçamentárias e financeiras, bem como às medidas indispensáveis ao atendimento à comunidade, ocorridas ao longo do exercício.

Neste sentido, comprova-se que o orçamento público não é uma peça de planejamento estática e imutável.

Destaca-se que todas as alterações orçamentárias que resultaram em créditos adicionais especiais e grande parcela dos créditos adicionais suplementares foram realizadas mediante leis devidamente aprovadas pelo Poder Legislativo, em que 13,75% dos créditos suplementares foram abertos mediante decreto municipal, conforme previsto na LOA (Lei Orçamentária no 3925 de 22 de dezembro de 2021), não ultrapassando o limite estabelecido em 15%. Confira-se:

Nesse sentido, observamos que foram abertos créditos adicionais suplementares, no montante de R\$ 71.369.495,19 (Documento 8), correspondente a 13,75% da despesa inicialmente fixada para o Executivo Municipal (R\$ 518.873.735,39). Em que pese não ter ultrapassado o limite de 15% estipulado no artigo 4º, inciso II, da Lei Municipal nº 3.925, de 22 de dezembro de 2021 (Documento 9), o percentual encontra-se acima da inflação para o período⁴, contrariando orientação desta E. Corte de Contas, consoante Comunicado SDG nº 29/2010⁵.

Destarte, de acordo com o exposto pela própria equipe de fiscalização, o valor dos créditos suplementares abertos mediante decretos não ultrapassaram o limite estabelecido na LOA, não havendo descaracterização desta.

Desse modo, as alterações orçamentárias obedeceram aos critérios e limites previstos na Lei Orçamentária Anual, não havendo quebra de harmonia entre as peças orçamentárias, uma vez que as alterações efetivadas por decreto se deram em percentual autorizado na referida Lei Orçamentária e a maior parte foi efetivada por meio de leis específicas, não causando desajuste fiscal, uma vez que foram cumpridos todos os índices legais. **Portanto, não houve quaisquer impropriedades, revelando a instrução, equilíbrio fiscal no exercício analisado.**

E, a análise superficial de que um elevado percentual de alterações orçamentárias pode desfigurar o orçamento ou gerar um déficit orçamentário também não se sustentam quando a forma como se administra é revestida de controles e responsabilidades.

É o que se verifica no caso concreto, onde houve superávit orçamentário, seguido de severa diminuição do resultado financeiro vindo do ano passado e da elevação dos resultados positivos econômicos e patrimonial.

Em relação ao déficit orçamentário, a própria LRF oferece mecanismos para combatê-lo, mecanismos estes que dizem respeito ao controle de receitas e despesas e não a

limitação de percentuais de alterações orçamentárias, mesmo porque as alterações podem ou não ser levadas a efeito. Não é porque estão autorizadas que serão necessariamente realizadas. Enfim, a efetivação de uma alteração orçamentária depende das necessidades e da análise das condições para levá-las a efeito com segurança e responsabilidade.

Terceiro, deve ser observado que as alterações levadas a efeito com base na LOA somente permitem fazer mais do mesmo, são créditos adicionais suplementares àquilo que o Poder Legislativo já autorizou, não ocorrendo, portanto, a desfiguração da LOA alegada.

Nesses termos, requer-se o acolhimento dos presentes esclarecimentos, pois não se trata, em hipótese alguma, de desrespeito ou desprestígio às ordens, recomendações ou orientações emanadas desta E. Corte, muito pelo contrário: estamos demonstrando que a Administração de Salto é muito responsável na realização das alterações orçamentárias e que o importante não é analisar o percentual de alterações, mas sim a forma como se administra.

Há ainda que ser levado em consideração que a Administração, na prática, independentemente do percentual autorizado pelo Legislativo, busca fielmente observar a limitação recomendada por este E. Tribunal para a abertura de créditos suplementares. Porém, por vezes, ocorrem situações pontuais ou não previstas que exigem maiores alterações, inclusive por conta do redimensionamento da receita.

É dizer, se trata de situações supervenientes que impõem o redimensionamento da despesa, o que é sempre amparado por lastro financeiro, sob pena de, aí sim, a população administrada sofrer prejuízo, na medida em que a Administração deixará de realizar, por falta de condições orçamentárias, investimentos que poderiam ser realizados no exercício e que foram previamente autorizados pelo Poder Legislativo.

O que fica evidente é que percentual autorizado na LOA jamais trouxe qualquer prejuízo à execução orçamentária no Município de Salto, pois o Poder Executivo realiza gestão orçamentária e financeira com responsabilidade, conforme, aliás, apurou a própria equipe de fiscalização deste Sodalício.

Por fim, porém não menos importante, deve ser verificado que a Corte de Contas, em oportunidades diversas, concluiu que a alteração orçamentária em percentual superior ao índice inflacionário, por si só, não é causa motivadora de rejeição das Contas Anuais.

E não poderia ser diferente!

Tanto no § 8º, do artigo 165 da Constituição Federal, como no artigo 7º, I, da Lei Federal nº 4.320/64, não impõem expressa limitação sobre o percentual de abertura de créditos suplementares em cotejo ao percentual da inflação.

Se assim fosse, certamente 99% das Contas Anuais Paulistas deveriam ser reprovadas, posto que a grande maioria, jamais conseguiria limitar o percentual de alterações orçamentárias ao índice inflacionário.

Seria ilusório e incrédulo crer que a Administração Municipal, ainda mais do porte de Salto, teria condições de limitar as alterações orçamentárias ao diminuto índice inflacionário anual.

Não é por outro motivo que as decisões proferidas pela Corte de Contas têm tolerado percentuais de alterações orçamentárias muito acima do índice inflacionário.

“Conselheiro Robson Marinho - Segunda Câmara - Sessão: 12/7/2022

TC-003210.989.20-8

Prefeitura Municipal: Descalvado.

Exercício: 2020.

(...)

B.1.1. Resultado da execução orçamentária

- O resultado da execução orçamentária do exercício apresentou um déficit, porém totalmente amparado no superávit financeiro proveniente do exercício anterior;

- Abertura de créditos adicionais e a realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições correspondentes a 32,33% da Despesa Fixada (inicial). Contudo, considerando apenas os créditos adicionais suplementares, as alterações somaram 14,41%;

- O Resultado Primário previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas Fiscais da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida;

Diante do exposto, voto no sentido da emissão de **parecer favorável** à aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2020, da Prefeitura Municipal de Descalvado, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.” (Grifamos)

Nesse sentido, na decisão das contas do exercício de 2021 da Prefeitura Municipal de Vista Alegre do Alto (TC-007036.989.20-0), o Exmo. Conselheiro Robson Marinho, na sessão de 30/05/2023, na C. Segunda Câmara, relevou as alterações do orçamento promovidas no percentual de **52,83%**, visto os excelentes resultados alcançados; dentre eles, os superávits orçamentário e financeiro, verificando que a Municipalidade observou o Princípio da Gestão Equilibrada, ementa e excertos do voto a seguir:

“EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. GESTÃO FISCAL EQUILIBRADA. EXCESSIVAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS RELEVADAS POR AUSÊNCIA DE DESEQUILÍBRIO FISCAL. ÍNDICE IEGM. TOLERÂNCIA. ALERTA. INSUFICIENTE APLICAÇÃO NO ENSINO. FALHA AFASTADA EM VIRTUDE DO DISPOSTO NA EC N. 119/22. DEMAIS FALHAS NÃO COMPROMETEM. FAVORÁVEL. ADVERTÊNCIA.

(...)

“No que diz respeito aos aspectos econômicos e financeiros, no quadro geral, se verifica que a Municipalidade observou o Princípio da Gestão Equilibrada preconizado no § 1o, do art.1o, da LRF.

O resultado da execução orçamentária foi superavitário e a situação financeira do Município se apresentou positiva, elevando o resultado registrado

no exercício anterior e evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo.

Os resultados econômicos e patrimoniais se elevaram e houve investimentos da ordem de 3,12% da RCL.

Diante desses resultados, as alterações do orçamento promovidas no período, ainda que mostrem a falta da boa técnica orçamentária e da observância ao princípio da valorização do planejamento, não causaram desajustes a ponto de comprometer a gestão.

Assim, a exemplo de inúmeros julgados, tal falha pode ser levada ao campo das recomendações, porém, advertindo severamente a municipalidade para que efetive o correto

planejamento orçamentário, com a redução do volume de alterações orçamentárias e observância da lei específica, conforme amplamente divulgado por esta E. Corte nos Comunicados SDG de no 29/10 e no18/2015.” (g.n.)

Portanto, as alterações orçamentárias realizadas no exercício em análise não trouxeram influência comprometidora para a execução do orçamento do Município de Salto, não culminando em desequilíbrio fiscal, obtendo a Origem resultado orçamentário superavitário.

Igualmente favoráveis, mostraram-se superavitários os resultados financeiro, econômico e patrimonial, às fls. 20 do Relatório, confira-se:

C.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 95.048.276,95	R\$ 54.100.046,77	75,69%
Econômico	R\$ 241.839.262,14	R\$ 106.026.302,37	128,09%
Patrimonial	R\$ 1.692.515.201,51	R\$ 1.452.608.745,11	16,52%

Desse modo, ficou demonstrado, que no exercício em análise ocorreu uma prudente execução orçamentária, influenciando nos excelentes resultados.

Assim, deve ser observado que as alterações orçamentárias realizadas pela Prefeitura de Salto, durante o exercício de 2022, estão amparadas por Leis aprovadas pelo Legislativo local, não havendo a extrapolação dos percentuais previstos nos referidos instrumentos legais, fato que, por si só, permite o afastamento de eventual falha sobre o tema.

c. Os valores previstos na Lei Orçamentária Anual guardam pouca consonância com a realidade das despesas a executar ao longo do exercício, pois os empenhos na área da Educação totalizaram somente 39,12% da previsão orçamentária em investimentos, enquanto no setor de Saúde o empenhamento atingiu 699,65% do valor previsto inicialmente.

Apontou a Fiscalização que os valores previstos na Lei Orçamentária Anual guardaram pouca consonância com a realidade das despesas a executar durante o exercício em exame, visto que os empenhos na área da Educação totalizaram somente 39,12% da previsão orçamentária em investimentos e, em contrapartida, no setor de Saúde o empenhamento atingiu 699,65% do valor previsto inicialmente.

Inicialmente, destacamos que em relação aos empenhos na área da Educação, provenientes dos recursos próprios da Prefeitura (Fonte: 1 - Tesouro), o valor orçado foi de R\$ 4.250.700,00, com um empenho acumulado de R\$ 4.891.521,82. Assim, a execução superou o orçado e se levado em consideração essa fonte de recurso, o previsto x realizado estiveram em consonância, conforme evidenciado no Balancete da Despesa anexo (**Documento n. 05**).

No entanto, quanto à observação de que os empenhos na área da Educação representaram apenas 39,12% da previsão orçamentária em investimentos, esclarecemos que isso ocorreu devido a expectativa de recebimentos de recursos federais, os quais não foram efetivados, resultando em uma execução inferior ao planejado.

No que concerne à Saúde, ocorreu ao contrário, o empenhamento de 699,65% acima do valor previsto ocorreu devido ao recebimento elevado nos recursos estaduais e federais, conforme (**Documento n.06**).

Os recursos destinados às áreas da Educação e Saúde foram utilizados de acordo com as necessidades do município, garantindo o cumprimento do mínimo constitucional e legal em ambos os setores.

Desse modo, é essencial compreender que o planejamento estratégico não pode ser estático, pois o ambiente no Brasil (macroambiente e ambiente de tarefas) é instável e altamente mutável, inclusive por influência externa, em virtude das oportunidades, evoluções tecnológicas, novos comportamentos, ameaças ambientais, elevada taxa Selic (taxa básica da economia), taxa de câmbio, crise econômica, sanitária e política, dentre outros aspectos.

A Prefeitura de Salto está em constante evolução em seu planejamento, adaptando-se a essas mudanças. É um processo gradual, exigindo a capacitação contínua dos servidores.

Portanto, com as justificativas apresentadas, rogamos para que o apontamento seja afastado.

d. Quanto os apontamentos acima demonstram a fragilidade da estrutura municipal no correspondente setor, resultando na elaboração meramente formal das peças de planejamento, as quais não refletem, de forma prévia e estruturada, as reais necessidades de ações do Executivo local para correção dos problemas detectados na Urbe, impactando negativamente na execução finalística dos programas governamentais.

e. Para a elaboração do diagnóstico municipal não é levado em conta nenhum plano do governo federal ou estadual (Questão no 2.2 do i-Plan);

Nem todos os programas do PPA tiveram um estudo para elaboração/definição das ações, metas e indicadores, o que dificulta o atendimento do artigo 1o da Lei de Responsabilidade Fiscal (Questão no 6.0 do i-Plan);

f. Conforme evidenciado no Relatório de Atividades, a falta de identificação clara das metas, indicadores e unidades de medidas próprias, bem como a grande disparidade entre as quantidades estimadas e realizadas não permitem a avaliação da eficácia e efetividade dos

programas e ações governamentais, desrespeitando os princípios da transparência e do planejamento previstos no § 1o do artigo 1o c.c. § 3o do artigo 50, ambos da LRF.

Referente aos apontamentos expostos pela diligente equipe de fiscalização, destacamos que os sistemas empregados por essa Administração estão em constante aperfeiçoamento de seus mecanismos de publicação e transparência, sempre zelando pelos princípios da efetividade e publicidade, para assim deixar de modo educativo, simples e de fácil compreensão.

Como demonstrado nos documentos anexos ao presente relatório, notamos de forma integral a boa elaboração de todos os indicadores e mecanismos para o monitoramento e controle das Ações e Programas relacionados às Políticas Públicas.

Ao elaborar o PPA (2022-2025), a LOA (2022) e a LDO (2022), foram definidos objetivos principais, metas e prioridades da Administração, bem como os resultados esperados.

Portanto, conforme os artigos abaixo citados, observamos o fiel e real cumprimento das normas federativas que abordam o presente tema:

Assim, esta Administração não está em despreço com os artigos presentes na Constituição Federal ou na Lei de Responsabilidade Fiscal, cumprindo e executando a publicidade de seus indicadores.

É essencial compreender que o planejamento estratégico não pode ser estático, pois o ambiente no Brasil (macroambiente e ambiente de tarefas) é instável e altamente mutável, inclusive por influência externa, em virtude das oportunidades, evoluções tecnológicas, novos comportamentos, ameaças ambientais, elevada taxa Selic (taxa básica da economia), taxa de câmbio, crise econômica, crise sanitária, crise política, dentre outros aspectos.

A Prefeitura de Salto está em constante evolução em seu planejamento, adaptando-se a essas mudanças. É um processo gradual, exigindo a capacitação contínua dos servidores.

Ocorre que o nobre Agente de Fiscalização Financeira, simplesmente não concordou ou não compreendeu a metodologia adotada pela Administração para avaliar o cumprimento das metas e indicadores nas peças de planejamento.

Ora, resta claro que o município atendeu ao exigido pela auditoria eletrônica do TCE-SP (AUDESP) e buscou cumprir com sua missão de dar transparência nos resultados obtidos.

Esclarecemos que essa Administração respeitou todos os princípios que regem a Administração Pública Municipal, criando métodos para o efetivo monitoramento e cumprimento do planejamento inicial e metas apresentadas.

Cabe ressaltar, que na elaboração das próximas peças de planejamento, serão realizados estudos minuciosos para aprimorar ainda mais os processos, a governança, os resultados e os impactos. Isso nos permitirá alcançar uma gestão ainda mais eficiente e eficaz.

Desse modo, deverá o apontamento em questão ser afastado.

g. Referidos desacertos impactam no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nºs 16.6 e 16.7, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU.

O Município ciente das providências para alcançar os objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela Agenda 2030 entre os países membros da ONU, através do levantamento efetuado pelas secretarias para maior efetividade dos serviços colocados à disposição da população.

Desta feita, em relação às anotações tecidas no relatório de fiscalização, bem como no que tange ao Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M/i-Plan) nota “C”, há

que ser sopesado o esforço do Município de Salto, dentro das possibilidades e realidades locais, não havendo, nesse quesito, óbice que desabone a aprovação das contas em apreço, conforme decisão dessa Colenda Corte de Contas, ora colacionada:

“Conselheiro Renato Martins Costa – Segunda Câmara – Sessão:

29/03/2022

TC002873.989.20-6

Prefeitura Municipal: Lavínia.

Exercício: 2020.

(...)

I-PLANEJAMENTO – ÍNDICE “C” – identificação de impropriedades prejudiciais ao cumprimento das metas propostas na Agenda ONU - 2030, bem como falhas na execução do planejamento. (...) Sobreleva notar que, à exceção dos índices i-Saúde e i-GovTI que obtiveram média “B”, representativa de resultado “efetivo”, a maioria dos segmentos foi inserida na faixa “C”, o que demanda a proposta de alerta à Administração, no sentido de que reveja as deficiências apuradas por meio do IEGM, buscando saneá-las, devendo a Fiscalização acompanhar as providências adotadas quando da próxima inspeção in loco.

(...)

Nessa conformidade e acolhendo as manifestações de ATJ (Econômica, Jurídica e Chefia) e do d. MPC, VOTO pela emissão de Parecer Favorável às contas da Prefeitura Municipal de Lavínia, relativas ao exercício de 2020, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.”
(Grifamos)

Pelo exposto, espera esta Prefeitura que o apontamento seja afastado, visto que dentro das possibilidades este Município não poupou esforços para a melhoria desta área, sendo que grandes são os esforços para implementar e alcançar as boas práticas administrativas, possa haver aumentar a nota no IEG-M, I-Plan, do Município.

B.3. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (I-EDUC/IEGM):

Em que pese o Índice de Efetividade do i-Educ na Prefeitura seja “C”, “Em Adequação”, o Município vem adotando medidas para elevar esse índice, visando implementar e alcançar as boas práticas administrativas na área da educação.

Foram estratégias para melhorar a qualidade do ensino da rede pública de Salto, à saber:

- ✓ Aquisição de material didático do Sistema Sesi de Ensino; bem como as formações de professores;
- ✓ Aquisição do Programa Emergencial de Educação pós-pandemia para alfabetização – Sesi Para Todos, destinados aos professores do 1º ao 3º ano;
- ✓ Formação de professores para o desenvolvimento de habilidades emocionais com o Projeto Mandala das Emoções;
- ✓ Oferecimento, no contra turno, de acompanhamento escolar nas Unidades escolares;
- ✓ Oferecimento de professores de apoio que trabalhavam juntamente aos professores titulares das salas, com o objetivo de dar assistência as necessidades pedagógicas dos alunos;
- ✓ Aquisição do material Aprova Brasil, que trabalha especificamente com os descritores do SAEB.

Houve também atendimentos a diversas recomendações do Colendo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, comprovando-se a diligência da Administração relativamente ao setor da Educação.

a) Nem todos os estabelecimentos de ensino da rede pública municipal possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB vigente no ano de 2022;

Com relação ao AVCB, cabe informar já foi enviada comunicação da situação à Secretaria Municipal de Obras e Serviços para elaboração de memorial descritivo e abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada para melhoraria da infraestrutura escolar. Logo após será devidamente obtido o AVCB.

Requer-se, desde já, a relevação das demais falhas, com emissão das recomendações pertinentes.

- b) A Prefeitura não utilizou nenhum programa específico que desenvolveu as competências de leitura e escrita de seus alunos nos Anos Iniciais, o que dificulta o atingimento da Meta 5 e a Estratégia 7.33 do Plano Nacional de Educação – PNE (Questão no 3.10 do i-Educ);
- c) Menos de 25% dos alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) concluíram o ano letivo em período integral durante o exercício de 2022, referente a Meta 6 do Plano Nacional de Educação – PNE (Questões nos E3.10 e E3.1 do i-Educ);
- d) De 15 estabelecimentos de ensino municipal, 10 necessitavam de reparos (Questão no 5.0 do i-Educ), tal situação assevera o anotado no item A.4. Fiscalizações Ordenadas do Período;
- e) A Prefeitura não atingiu a meta do IDEB para os Anos Iniciais (1º ao 5º ano) no ano da última avaliação (Questão no E3.13.1 do i-Educ).

Sobre o apontado, cumpre esclarecer que O Ministério da Educação divulgou o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) referente ao ano de 2022.

De acordo com a avaliação, o ensino público municipal se destacou nos anos iniciais, alcançando a média 6,6, resultado que coloca Salto como uma das 10 melhores avaliações do Estado de São Paulo entre municípios com mais de 100 mil habitantes. Os números de Salto também superam a média estadual (que foi de 6,1) e a média nacional (de 5,5).



<https://salto.sp.gov.br/ideb-de-salto-esta-entre-os-10-melhores-do-estado-de-sao-paulo/>

Esta questão já foi abordada pelo Egrégio Tribunal de Contas não sendo impedimento para aprovação como se observa:

“Conselheiro Robson Marinho Segunda

Câmara Sessão: 21/3/2023

TC-006805.989.20-9

PREFEITURA MUNICIPAL – CONTAS ANUAIS – PARECER

Prefeitura Municipal: Guaraçaí. Exercício: 2021.

(...)

– ineficiente gestão da Rede Pública Municipal de Ensino, com destaque para o baixo desempenho no indicador i-Educ, o não atingimento da meta projetada para o IDEB e a inobservância ao piso nacional para os profissionais do magistério;

(...)

Diante do exposto, voto no sentido da emissão de parecer favorável à aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2021, da Prefeitura Municipal de Guaraçaí, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

f) Com base nos dados carreados junto à origem, constatamos demanda reprimida na rede municipal de ensino,

No que se refere ao déficit de vagas em creche, cumpre repisar o fato de que em 2022, entrou em vigor a Lei nº 3.956, de 03 de junho de 2022 (**Documento n. 07**), que criou o Programa "Auxílio-Creche" destinado às crianças de 0 a 03 anos cadastradas na Rede Municipal de Ensino, para suprir a média de 300 demandas de creche, buscando atender a falta de vagas disponibilizadas pela Secretaria de Educação.

O Município de Salto oferece um trabalho de qualidade aos alunos, sendo o principal fator de proteção à criança, com um ambiente escolar de performance de excelência e funcionários empenhados, oferecendo estudo, alimentação, lazer e segurança.

Além do Programa "Auxílio-Creche", se encontra em trâmite os projetos para construção de creches mediante convênio com FNDE para atender 940 crianças, nas regiões do Parque Imperial, Parque Laguna e Residencial Fabbri.

Ainda, a Administração promoveu a aquisição de um imóvel situado na Rua Jordânia nº 180, Jardim das Nações, Salto/SP, mediante desapropriação amigável nos termos do Decreto Municipal nº 228, de 26 de agosto de 2022 e Processo Administrativo nº 2.494/2022 (**Documento n. 08**), para atender uma média de 80 crianças de zero a três anos de idade.

Nesse teor, considerando várias decisões favoráveis em contas já analisadas, as quais demonstravam semelhantes desconformidades, acreditamos não haver objeções à aprovação das contas em apreço, confira-se:

*“Conselheiro Renato Martins Costa – Segunda Câmara – Sessão:
07/02/2023*

TC-006726.989.20-5

Prefeitura Municipal: Barão de Antonina.

Exercício: 2021.

(...)FISCALIZAÇÕES ORDENADAS – OUVIDORIA E UNIDADES ESCOLARES
RETORNO PRESENCIAL - desconformidades no veículo utilizado para transporte escolar, com monitor que não estava uniformizado ou identificado por meio de crachá; o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) não correspondia ao exercício de 2021; os pneus não se encontravam em condições aceitáveis de utilização; desconformidades sanitárias no veículo inspecionado; limpeza inadequada do veículo entre uma viagem e outra; falta de fixação de informações sanitárias; falta de identificação na Unidade Escolar do local de entrada e saída de alunos; banheiros com desconformidades; o AVCB da Unidade Escolar visitada não se encontrava dentro do prazo de validade; ausência de fixação de informações sanitárias e de disponibilização de álcool 70% na quadra da escola; falta de limpeza adequada, higienização e

desconformidades nos banheiros da quadra; falta de afixação do cardápio diário da merenda escolar; merendeiras inadequadamente vestidas e sem avental; os alimentos estavam armazenados em áreas sem telas milimetradas; falta de termômetro para aferição da adequação da temperatura dos produtos sob congelamento; equipamentos quebrados, queimados ou inadequados na área de preparo (fogões, geladeira e freezer); ausência de formação continuada dos professores no retorno às atividades presenciais; falta de reforço à aprendizagem na Unidade Escolar; os materiais escolares e os livros e apostilas não estavam guardados em locais adequados; falta de laboratório ou sala de informática com computadores disponíveis para os alunos; existência de computadores danificados na Unidade Escolar.

(...)

Em face de todo o exposto e acompanhando os posicionamentos das Assessorias Técnicas, i. Chefia da ATJ e D. MPC, voto pela emissão **de Parecer Favorável** às contas da Prefeitura Municipal de Barão de Antonina, relativas ao exercício de 2021, excetuados os atos pendentes de julgamento por este E. Tribunal.

Diante disso, considerando o esforço deste Município na adequação das falhas supramencionadas, requer o afastamento das supostas desconformidades para que sejam relegadas ao campo das recomendações.

g.A Prefeitura contemplou na LOA 2022, a previsão de reforma/ampliação/construção de creches, no montante total de R\$ 8.693.343,70, porém, o investimento na execução destas obras foi de R\$ 83.139,32, que corresponde a 0,96% do previsto no orçamento.

A diligente equipe de fiscalização mencionou que a Prefeitura contemplou na Lei Orçamentária Anual de 2022 a previsão de investimento de R\$ 8.693.343,7 para reforma, ampliação e construção de creches. Entretanto, a execução dessas obras foi de R\$ 83.139,32, representando 0,96% do montante planejado no orçamento.

Inicialmente, é crucial destacar que a aplicação dos recursos destinados ao ensino (conforme determinação constitucional e legal), foi devidamente atendida pela Origem, como constatado pela equipe de fiscalização (vide fl. 30 do relatório). Confira-se:

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema Audesp e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram:

Art. 212 da Constituição Federal:		
	R\$	%
DESPESA EMPENHADA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	111.518.276,24	26,96%
DESPESA LIQUIDADADA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	107.776.104,38	26,05%
DESPESA PAGA - Recurso Tesouro (mínimo 25%)	107.776.104,38	26,05%

Fundeb - Despesa Total - Recursos Recebidos no exerc.:		
	R\$	%
DESPESA EMPENHADA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	62.997.025,71	100,00%
DESPESA LIQUIDADADA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	62.997.025,71	100,00%
DESPESA PAGA - Recurso Fundeb (mínimo 90%)	62.997.025,71	100,00%

Fundeb - Profissionais da Educação Básica		
	R\$	%
DESPESA EMPENHADA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	60.121.727,47	95,44%
DESPESA LIQUIDADADA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	60.121.727,47	95,44%
DESPESA PAGA - Recurso Fundeb (mínimo 70%)	60.121.727,47	95,44%

Conforme acima exposto, a despesa educacional empenhada, liquidada e paga cumpriu o artigo 212 da Constituição Federal.

Relativamente ao fato de o Executivo Municipal ter investido apenas R\$ 83.139,32, equivalente a 0,96% do orçamento destinado à reforma, ampliação e construção de creches da LOA de 2022, é relevante ressaltar que a maior parte dos valores previstos estavam vinculados a recursos federais, para os quais os convênios não foram firmados e os valores não foram repassados (**vide Documento n. 06**).

Portanto, em virtude da ausência de repasse dos recursos, houve a baixa aplicação.

D.2. IEG-M – I-SAÚDE:

No tocante ao IEG-M Saúde, vale salientar que esta Prefeitura tem empreendido todos os esforços possíveis para o aumento do referido coeficiente, por meio de ações direcionadas à melhoria dos serviços disponibilizados aos munícipes.

Houve também atendimentos a diversas recomendações do Colendo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, comprovando-se a diligência da Administração relativamente ao setor da Saúde.

Neste tópico, a Auditoria apontou falha verificada na apuração que interferiu negativamente no índice de eficiência na gestão da saúde no Município, quais sejam:

a. Nem todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde (2018-2021) foram atingidas, comprometendo a eficácia das ações governamentais;

A Secretaria da Saúde tem ciência de que nem todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde, quadriênio 2018-2021 foram atingidas, no entanto, deve ser considerado que em 2020 e 2021 tivemos a pandemia ocasionada pela COVID-19, sendo os recursos financeiros e humanos direcionados para o combate à doença. Acresça-se que a Secretaria da Saúde já se encontrava com defasagem no seu quadro funcional, principalmente na sua área administrativa e estratégica devido a saída de funcionários que gerenciavam, acompanhavam e operacionalizam os indicadores da Saúde, em relação aos instrumentos de planejamento e gestão, e em decorrência da pandemia e a publicação da Lei Complementar 173/2020, não foi possível a realização de concurso público para a reposição de quadro pessoal.

b. A aprovação da Programação Anual de Saúde de 2022 pelo Conselho Municipal da Saúde ocorreu após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022 pela Câmara Municipal;

A Fiscalização constatou que a aprovação da Programação Anual de Saúde de 2022 pelo Conselho Municipal de Saúde, ocorreu posteriormente à aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, pela Câmara Municipal.

É importante ressaltar que, embora a aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde tenha ocorrido após a anuência da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022, não houve prejuízos ao erário público.

Desse modo, medidas serão adotadas para garantir que futuras aprovações dos programas anuais de saúde ocorram antes da aprovação da LDO pela Edilidade.

Além disso, é relevante destacar que, no exercício em análise, houve a aplicação do mínimo constitucional exigido para a saúde, conforme exposto pela Fiscalização em seu relatório na fl. 33. Isso assegurou que os recursos fossem direcionados de acordo com as obrigações legais, visando sempre a melhoria dos serviços de saúde em nosso município.

Portanto, requer o afastamento do item em apreço.

c. Nem todas as ações previstas na Programação Anual de Saúde de 2022 foram executadas, evidenciando fragilidade no planejamento e execução das intenções expressas no Plano de Saúde, contrariando o artigo 4º da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.135, de 25 de setembro de 2013 (Questões nos 5.1 e nº 5.2 do i-Saúde).

A Secretaria da Saúde tem ciência de que nem todas as metas previstas para os indicadores do Plano Municipal de Saúde, quadriênio 2018-2021 foram atingidas, no entanto, deve ser considerado que em 2020 e 2021 tivemos pandemia ocasionada pela COVID-19, sendo os recursos financeiros e humanos direcionados para o combate à doença. Acresça-se que a Secretaria da Saúde já se encontrava com defasagem no seu quadro funcional, principalmente na sua área administrativa e estratégica, e em decorrência da pandemia e a publicação da Lei Complementar 173/2020, não foi possível a realização de concurso público para a reposição de quadro pessoal.

d. Não houve treinamento específico aos membros do Conselho Municipal de Saúde (Questão nº 7.0 do i-Saúde);

Não houve treinamento específico dos membros do Conselho Municipal de Saúde pela Prefeitura, no entanto, os próprios conselheiros são orientados a buscarem capacitações, e assim o fizeram, conforme "print" da tela do grupo de mensagem do Conselho Municipal de Saúde.



e. Nenhuma unidade de saúde possuía Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros;

As pendências detectadas estão sendo sanadas para que os AVCB's e o Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros possam ser emitidos, cujos atrasos se deram em razão de reformas em algumas unidades de saúde.

f. Nem todos os serviços assistenciais ofertados pelo Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e Unidades de Acolhimento (vagas) estavam disponibilizadas no sistema de regulação municipal, em desacordo com o inciso III, do artigo 3º, inciso VIII do artigo 4º e § 2º do artigo 8º do Anexo V da Portaria de Consolidação do Ministério da Saúde nº 03, de 28 de setembro de 2017 (Questão nº 24.5.3 do i-Saúde)

As demandas psicossociais em âmbito ambulatorial são reguladas regularmente pelas ações e serviços realizados nos CAPS II e AD, uma vez que o CAPS II foi regulamentado e passou a funcionar neste ano de 2023.

Assim, são garantidos mediante a oferta de serviços e a integração dos pontos de atenção de saúde no município por meio de acolhimento, acompanhamento contínuo e a integração com a rede de urgências através da estabilização de quadros importantes no hospital municipal.

A regulação e organização das demandas e fluxos assistenciais são realizadas conforme colocado no RAG.

Ainda em relação à atenção de urgência e emergência, as estabilizações são feitas no hospital municipal e na necessidade de intervenções de maior complexidade há a necessidade da utilização das vagas CROSS (atual SIRESP), porém a regulação não é municipal, mas da Secretaria Estadual de Saúde. Por fim, as vagas do Serviço de Residência Terapêutica (SRT), são reguladas pela DRS, onde o município deve solicitar as vagas quando ocorre a desinstitucionalização ou em caso de falecimento de um morador, as vagas devem atender os critérios definidos pela Portaria no 3.090, de 23 de dezembro de 2011. Em relação aos leitos de saúde mental no hospital geral, com a mudança de organização social que administra, estamos resgatando a habilitação do serviço assim como a organização do mesmo conforme Portaria de Consolidação n. 03, na forma de anexo V (raps).

g. A quantidade de vagas ofertadas pelo CAPS não era suficiente para a demanda da população que apresente prioritariamente, intenso sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais graves e persistentes, incluindo aqueles relacionados ao uso de substâncias psicoativas, e outras situações clínicas, contrariando o artigo 1º e artigo 2º, parágrafo único, da Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001 (Questão nº 24.5.4. do i-Saúde)

Devido a pandemia, a Prefeitura de Salto encontrou dificuldades em abrir novas vagas para profissionais de saúde mental, algo que pode mudar com a chegadas de novos profissionais contratados mediante concurso público e a inauguração do CAPS II. Hoje A Administração dispõe:

- ✓ CAPS II, 1 médico com carga horária de 20 horas e 2627 pacientes ativos;
- ✓ CAPS Setor Infanto-juvenil, 1 médico psiquiatra de 10 horas e 942 crianças ativas; e
- ✓ CAPS AD, 1 médico psiquiatra de 30 horas e 1402 pacientes ativos.

h. Não houve controle de absenteísmo de consultas médicas nem de exames médicos, da Atenção Primária e da média complexidade (Questões nos 19.0, no 20.0, no 22.4 e nº 22.5 do i-Saúde);

Durante os dois últimos anos a Atenção Primária a Saúde trabalhou com as demandas espontânea dada a complexidade da pandemia e suas consequências no sistema público de saúde. É de conhecimento geral que houve um aumento importante nos atendimentos de demandas agudas na APS e por isso a dificuldade de trabalhar o controle do absenteísmo. Com a implantação do sistema de prontuário eletrônico será possível realizar este controle visto que uma das ferramentas para este novo sistema é a emissão de relatórios de gestão para controle e acompanhamento dos indicadores e ações da rede pública de saúde de Salto.

i. Houve itens com desabastecimento (falta do medicamento) superior a um mês, contrariando o artigo 98 do Anexo XXVIII da Portaria de Consolidação nº 2 do Ministério da Saúde, de 28 de setembro de 2017 (Questão no 43 do i-Saúde);

No início do ano de 2022 com o agravamento em saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus e demais gripes (influenza, H1N1), assim como novos lockdowns na China e guerra na Ucrânia, alguns medicamentos passaram por um período de grave desabastecimento, principalmente aqueles utilizados para tratamento de complicações decorrente dessas doenças. Como foi o caso do uso excessivo de antibióticos e mucolíticos.

As distribuidoras que forneciam estes medicamentos à Prefeitura por meio de processos licitatórios foram notificadas e penalizadas conforme previsto em seus contratos.

Além disso, a Prefeitura de Salto, através da Assistência Farmacêutica, realizou processo de compra direta a fim de se evitar ao máximo o desabastecimento, entretanto, mesmo assim houve dificuldade em encontrar fornecedores que poderia atender a demanda.

Assim que esse processo foi concluído as unidades foram novamente abastecidas.

j. Em 2022, a Prefeitura não atingiu a meta de cobertura de diversas vacinas, como por exemplo:

- 2a dose da VORH: 85,39%
- 3a dose de Hepatite B: 82,35%
- 2a dose de Meningocócica C: 86,55%
- 3a dose da Vacina Pentavalente: 82,35%
- 2a dose da Vacina Pneumocócica 10-valente: 85,03%
- 3a dose da Vacina Poliomielite: 90,66%

Febre Amarela: 61,59%

- Vacina Tríplice Viral: 92,33%
- Vacina contra Hepatite A: 81,50%
- Vacina Tetra Viral: 19,17 %

O Município de Salto prioriza sua Atenção Básica de ações de prevenção e promoção a saúde, sendo a cobertura vacinal um indicador monitorado rigorosamente pelo Departamento de Vigilância Epidemiológica.

Diversas campanhas do calendário nacional de vacinação, além de campanhas pontuais para imunização da população, são realizadas anualmente, no entanto, a população não procura os postos de vacinação para realização a imunização.

É preciso levar em consideração, que a eficiência da cobertura vacinal pode ser observada através da ausência de surtos ou realizações de doenças passíveis de imunização por vacina no município de Salto.

Ademais, a Administração também realiza forte campanha de vacinação contra a COVID-19, que é disponibilizado no site da Prefeitura e em suas redes sociais, na qual é possível verificar as informações referentes ao público-alvo (faixa etária), a dose a ser aplicada, bem como os dias e horários.

A baixa procura por imunizantes não é uma realidade somente do Município de Salto. Referente a baixa cobertura da vacina tetra viral, trata-se de uma vacina que não está sendo distribuída regularmente já alguns anos, e é substituída pela aplicação da tríplice viral + Varicela aos 15 meses. Referente a baixa cobertura da 2ª dose da Tríplice viral, se deve a erros de digitação da dose no PEC, essa dose é administrada junto com a varicela aos 15 meses, que apresenta cobertura de 97,26%. As doses já começaram a ser corrigidas, mas isso não irá influenciar na cobertura retroativa.

Para reverter esse quadro, o Município vem, de forma estratégica, divulgando através dos meios de comunicação e pelas redes sociais a informação e investindo na capacitação dos profissionais, bem como investindo em mutirões de vacinação, inclusive aos sábados (**Documento n. 09**).

e. Com base nos dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, obtido através de informações prestadas pelo próprio Município e verificado através de validação das informações pela Fiscalização, constatamos desatendimentos que impactam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nºs 3.8 e 3.c, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU.

Em relação ao item 3.8, o Município vem cumprindo acima do percentual de responsabilidade fiscal ao aplicar com recursos próprios 27,35% (percentual mínimo 15%), com a oferta de serviços, medicamentos e imunobiológicos à população. Em relação aos medicamentos, importante destacar os estabelecimentos credenciados no Programa Aqui Tem Farmácia Popular. Em relação ao item 3.c. apesar da definição das competências e das atribuições, os municípios passaram a dispor de montante de receitas desproporcional às suas obrigações assumidas na prestação de serviços de atenção à saúde.

Dessa forma, embora há muito tempo a Administração esteja reclamando uma melhor redistribuição dos recursos arrecadados pela União e pelo Estado, os repasses continuam não vindo na mesma proporção para cobrir os custos, tendo em vista as regras de repartição e regionalização, o que traz por si resultados de aumento de demanda frente à oferta de serviços de média e alta complexidade.

Dessa forma, o município vem envidando esforços para as metas estabelecidas na Agenda 2030 venham a ser cumpridas, e para isso vem investindo dentro a reserva do possível na qualificação dos profissionais, na estruturação dos serviços e se organizando administrativamente para que haja condições ideais para o monitoramento e avaliação das ações propostas e realizadas e em horário estendido.

Considerando essas novas disposições, a Prefeitura Municipal de Salto roga a esta Colenda Corte de Contas, que, ao examinar os autos, leve em consideração os efeitos práticos de sua decisão, os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo e, assim fazendo, releve possíveis desconformidades de natureza meramente formal que em nada prejudicaram a regularidade das contas.

À guisa de conclusão, há que se salientar, com máxima ênfase, que o não atingimento, ou atingimento parcial dos índices IEG-M não consta em nenhuma lei como motivo suficiente para rejeição de contas, sendo certo que, por tal motivo, os referidos índices não podem ser tomados como razão de decidir por ocasião da emissão de parecer sobre as contas, sob pena de vulneração do princípio da legalidade.

Consignados os argumentos supramencionados, no que tange especificamente às metas referidas às fls. 3.8 e 3.C do relatório de fiscalização, a Prefeitura de Salto, cumpre ainda evidenciar as ações específicas que foram ou serão realizadas no afã de atingir, o tanto quanto possível, todas as metas referenciadas na Agenda 2030.

Por final, Nobres Conselheiros, sem embargo de todas as justificativas apresentadas neste item, vale lembrar que mesmo em casos nos quais o índice IEG-M Saúde apurado recebeu a gradação “C” – baixo nível de adequação, ainda assim houve aprovação das contas. Senão vejamos:

*“[...] **Relatório:***

*Em exame, as contas prestadas pela **Prefeitura do Município de Vista Alegre do Alto**, relativas ao exercício de 2021, que foram objeto de*

acompanhamento quadrimestral pela equipe técnica da Unidade Regional de Araraquara – UR 13, conforme relatórios consignados nos eventos 28 e 86.

Dados do IEGM

Faixas de Resultado	IEGM	i-Educ	iSaúde	iPlanejam.	i-Fiscal	iAmb	i Cidade	i-Gov TI
2014	B	B+	B+	B+	B	C	C	C
2015	C+	C+	B+	B	B	C	C+	C
2016	B	B	B	B+	B+	C	C	C
2017	B	B	C+	B	B	B	B+	C+
2018	B	B	B+	B	B	B+	B+	C+
2019	C+	C+	C+	C+	B+	C+	C	C
2020	C+	B	C+	B	B	C	C	C
2021	C	C	C	C	B	C	C	C

[...]

Voto

TC-007036.989.20-0

*As contas da **Prefeitura Municipal de Vista Alegre do Alto** merecem aprovação posto que não há irregularidades com força suficientemente grave a comprometê-las.*

[...]

*Por todo o exposto, meu voto é pela emissão de parecer **favorável** à aprovação das contas prestadas pela **Prefeitura Municipal de Vista Alegre do Alto**, relativas ao exercício de 2021, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal. [...]*

(TCE/SP. TC nº 007036/989/20. Relator: Conselheiro Robson Marinho. Voto de 30/05/2023)

Na esteira da decisão supramencionada e considerando que o índice apurado em Salto no exercício em análise foi “C” – em fase de adequação, certamente não há motivos para juízo desfavorável relativamente ao presente apontamento, pelo que requer seja ele relegado ao campo das recomendações.

B.5. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M):

Em relação a este apontamento, antes de qualquer articulação cumpre rememorar que o Município recebeu gradação “B” – **Efetivo**, relativamente ao IEGM-M Ambiental, o que corrobora a diligência da Administração relativamente à questão ambiental.

Entretanto, às impropriedades apontadas pela Fiscalização, ainda que possam ensejar advertências para sua regularização, não apresentam gravidade suficiente para macular a totalidade dos presentes demonstrativos, haja vista as diversas providências adotadas no exercício examinado.

Nessa esteira, conforme restará demonstrado, esta Administração vem adotando medidas. Vejamos:

a) A Prefeitura Municipal informou que existem 24 pontos de descarte irregular de lixo, os quais, potencialmente, contaminam águas e solos com substâncias tóxicas.

Sobre o apontado, cumpre esclarecer que desde o mês de agosto de 2021, a Prefeitura de Salto implantou o Ecoponto Móvel, pontos de descarte gratuitos e ecologicamente corretos que têm se tornado significativo para a reorganização dos resíduos em áreas urbanas, contribuindo para a qualidade ambiental e assumindo papel fundamental na sustentabilidade urbana.

Os resultados obtidos foram extremamente positivos. Em pouco mais de quatro meses, o serviço passou por oito bairros da cidade (Salto de São José, Celani, Bom Retiro, Marília, Planalto, Maria José, Icaraí e Laguna).

O total de resíduos retirados atingiu 31,4 toneladas, com 291 pessoas tendo acesso ao Ecoponto Móvel.

A ação contínua em prosseguimento no ano de 2022.

Importante destacar que a Secretaria do Meio Ambiente possui ainda 11 Ecopontos fixos distribuídos pelos seguintes bairros: Jardim das Nações (Rua Argélia, 361);

Jardim Santa Cruz (Esquinas das ruas Rangel Pestana e Bernardo Pereira de Vasconcelos), Jardim São João (Rua Vaticano, 650), Jardim Cidade (Rua Botucatu, 409), São Pedro e São Paulo (Rua Estado do Rio Grande do Sul, 1303), São Gabriel (Rua São Raimundo, 85), Rondon (Rua Domingos José da Cruz, 130), Salto Ville (Rua Padre Carlos Correia Toledo Mello, 34) e Jardim Bandeirantes (Rua Eurico Gaspar Dutra, 100).

Cumpra esclarecer ainda, que a Prefeitura disponibiliza através de seu site e redes sociais o cronograma do Ecoponto Móvel, a exemplo, segue abaixo o cronograma para o mês de outubro de 2022:



B.6. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i- Cidade/IEG-M):

Verifica-se na abordagem do relatório da Fiscalização que o Município atingiu média geral de resultado “B”, considerada **EFETIVA** perante os critérios de avaliação do IEGM/TCESP.

Relativamente a este índice, muito embora se verifiquem algumas poucas inadequações, certamente são elas desimportantes e insuficientes para motivar juízo de reprovação por parte dessa Corte de Contas, tendo em vista que se trata de situações perfeitamente corrigíveis a curto prazo e que não comprometem as atividades às quais estão vinculadas.

B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)

Antes de qualquer articulação de mérito, é de todo conveniente ressaltar que o Município obteve índice “**B**” – **Efetivo**, relativamente ao IEG-M de tecnologia da informação, denotando, portanto, que a Administração Municipal tem atuado de forma adequada no setor de tecnologia da informação.

Nesse diapasão, esclarece-se que a Administração Municipal vem aperfeiçoando o seu sítio eletrônico, e promoverá, o mais rapidamente possível, a sua readequação objetivando atender às observações e recomendação do Tribunal de Contas do Estado na espécie.

Neste item, a Auditoria apontou uma única falha verificada na apuração que interferiu negativamente no índice de eficiência na gestão da Governança de Tecnologia da Informação do Município.

Sobre o apontado, cumpre esclarecer que a Prefeitura de Salto tomou ciência das pendências existentes, sendo determinado aos responsáveis a adoção de medidas corretivas de forma imediata, o que, com o devido respeito, poderá ser objeto de análise na próxima inspeção *in loco*.

Importante, todavia, esclarecer algumas das medidas já adotadas nos anos de 2021/2022:

- ✓ Sobre a definição das atribuições dos servidores da área de TI, foi aprovada a Lei Municipal nº 3.977/2022
- ✓ No Município de Salto foi criada a Escola de Governo, que será responsável pelas capacitações e atualizações dos servidores;
- ✓ Em relação a instituição das Políticas de Segurança das Informações, a Prefeitura criou uma Diretoria de Tecnologia da Informação incumbida de criar a política e realizou concurso público para a contratação de profissionais (Técnico de Informática, 4 vagas) para, entre outras incumbências, elaborar a política de segurança.

- ✓ Quanto a Integração dos Sistemas, a Administração elaborou Termo de Referência para contratar nova solução de sistemas que regularizará a questão.
- ✓ Sobre a LGPD, foi criado a função gratificada de DPO, designado em outubro, que iniciou os estudos para a regulamentação;
- ✓ Foi designado para o DPO, em outubro de 2022, o servidor Juliano Eduardo Mendes Galvão.

Observa-se, portanto, que a Prefeitura de Salto está adotando as medidas pertinentes para sanar todas as pendências sobre a Tecnologia da Informática, o que, inclusive, permitirá a elevação da nota deste quesito no IEGM.

C.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Inadequada contabilização da devolução de duodécimos recebidos da Câmara Municipal.

A fiscalização anotou que houve a contabilização incorreta da devolução dos duodécimos da Câmara, em desacordo com o plano de contas preceituado pelo Sistema Audesp, pois a Origem contabilizou referida devolução na conta contábil 4.5.1.1.2.02.00, em detrimento da conta 4.5.1.2.2.01.99.

Inicialmente, é essencial evidenciar que os repasses à Câmara obedeceram ao limite do artigo 29-A da CF (1,29%), conforme segue:

C.1.8. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do artigo 29-A da CF (1,29%).

No que se refere à suposta divergência apontada pela equipe de fiscalização, destacamos que não passaram de simples questões técnicas e formais, que não ocasionaram

em prejuízos ao erário público municipal, bem como a atenta fiscalização conseguiu apurar todas as informações necessárias.

Desse modo, a Gestão Municipal envidará esforços para evitar que tal falha ocorra novamente nos próximos exercícios, comprometendo-se em adotar todas as providências necessárias para o aprimoramento dos procedimentos.

Portanto, rogamos para que o apontamento seja relevado, ou se for o caso, alçado ao campo das recomendações.

C.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS:

Neste tópico, a fiscalização constatou o envio de informações inconsistentes ao Sistema Audesp - Fase III (Quadro de Pessoal – 3º Quadrimestre), em inobservância ao disposto no inciso III do artigo 69 das Instruções TCESP nº 1/2020 e, conseqüentemente, ao parágrafo único do artigo 25 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993.

Face o apontado, cabe esclarecer que as inconsistências foram devidamente sanadas no corrente exercício.

Os cargos extintos em decorrência do decidido na ADIN 2142089-22.2017.8.26.0000, foram equivocadamente incluídos no coletor AUDESP como vagos, quando na verdade deveriam sido excluídos da relação, porquanto extintos. O Departamento de Gestão de Pessoas retificou as informações, de modo que não serão visualizadas em inspeção futura.

Dada a excepcionalidade e formalidade da falha, roga-se, desde já, prela relevação do apontamento, remetendo-o ao campo das recomendações.

C.1.10.2. PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÕES:

A fiscalização constatou a existência de pagamentos a título de “Gratificação AudeSP” para servidores da Prefeitura Municipal responsáveis por inserir dados no Sistema AudeSP deste Tribunal.

Sobre tal aspecto, cumpre informar que a gratificação foi instituída em 2018, através da Lei Municipal nº 3.748/18, que assim dispôs no artigo 11:

“Art. 11. Fica criada a Gratificação de Responsabilidade por Alimentar e Responder o Sistema AUDESP e sistemas conexos (GRAudeSP), com a finalidade de remunerar os servidores públicos da administração direta e autárquica do Município, que exercerem funções por alimentar e responder o sistema AUDESP e outros sistemas conexos, designados por Portaria do Executivo Municipal.

§ 1º A Gratificação de Responsabilidade por Alimentar e Responder o Sistema AUDESP e sistemas conexos (GRAudeSP) a que se refere o "caput" deste artigo corresponde ao valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), atualizados anualmente pelo mesmo índice da revisão geral dos salários.

§ 2º A Gratificação de Responsabilidade por Alimentar e Responder o Sistema AUDESP e sistemas conexos (GRAudeSP) incorpora-se à remuneração, na razão de 1/10 por ano de efetivo exercício na responsabilidade técnica.

§ 3º Sobre a Gratificação de Responsabilidade por Alimentar o Sistema AUDESP e sistemas conexos (GRAudeSP) incidirão as contribuições previdenciárias e de FGTS.

§ 4º Fica autorizado o Executivo Municipal a regulamentar a Gratificação de Responsabilidade por Alimentar o Sistema AUDESP (GRAudeSP) e sistemas conexos por decreto.”

A referida gratificação foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 227, de 13 de novembro de 2018 (**Documento n. 10**).

Excelência, ao contrário do apontado pela fiscalização, a atualização e o manejo do sistema AUDESP não estão descritos nas atividades dos servidores públicos, razão pela qual foi instituída a gratificação AUDESP.

Excetua-se, o cargo de Técnico Contábil, criado pela Lei Municipal nº 3781/19, para o qual não foi paga a gratificação em questão.

Tal gratificação se destinou àqueles que exerceram as funções de alimentação e gestão do sistema AUDESP, cujas atribuições do cargo não preveem tais tarefas.

Ressalte-se, por oportuno, que o manejo do sistema AUDESP ocorre em diferentes secretarias, por setores e servidores diversos.

Importante lembrar que a alimentação e constante atualização do sistema AUDESP, requer ampla expertise, dedicação, treinamento e constante estudos de aprimoramento, além de acompanhamento das constantes mudanças e alterações realizadas nos mecanismos de alimentação, fatos que justificam a remuneração diferenciada para os servidores que receberam a incumbência de promover a gestão do sistema de fiscalização eletrônica instituído pela Corte de Contas.

Ressalte-se, por oportuno, que a da Lei Municipal nº 3.748/18 continua vigente, não recaindo sobre a mesma nenhum questionamento administrativo e/ou judicial, afastando, com isso, qualquer indício de irregularidade e/ou ilegalidade.

Com a devida vênia ao apontamento relativo as gratificações, referido pagamento se encontra de acordo com o previsto na legislação municipal, não havendo qualquer vedação.

Destarte, requer sejam levadas ao campo da recomendação a exemplo de casos análogos como se verifica:

“SESSÃO DE 27/09/2022 I

TC-006902.989.20-1

Prefeitura Municipal: Orindiúva.

Exercício: 2021.

(...)

Item B.3.3. **GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO:** Concessão de gratificação de função a servidores de forma genérica, sem especificação das atribuições superiores àquelas próprias de suas respectivas funções, e sem a edição de atos no início do exercício definindo as funções a serem gratificadas, o grau de responsabilidade e o percentual aplicável na remuneração, conforme determinação em lei municipal.

(...)

Ante o exposto, acompanho as conclusões de ATJ e sua Chefia e voto pela emissão de **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de ORINDIÚVA, exercício de 2021, excetuando aqueles atos, porventura, pendentes de julgamento neste e. Tribunal.

Sessão: 30/5/2023

TC-007036.989.20-0

PREFEITURA MUNICIPAL – CONTAS ANUAIS – PARECER

Prefeitura Municipal: Vista Alegre do Alto.

Exercício: 2021.

(...)

DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS - **ausência de critérios objetivos para a concessão da gratificação de função aos servidores;** - **pagamentos habituais de horas extras;** - a Prefeitura não efetua o controle da frequência de seus servidores comissionados, como faz com os efetivos.

(...)

Por todo o exposto, meu voto é pela emissão de **parecer favorável** à aprovação das contas prestadas pela Prefeitura Municipal de Vista Alegre do Alto, relativas ao exercício de 2021, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

C.1.12. PAGAMENTO RECORRENTE DE HORAS EXTRAS:

Com relação as horas extras recorrentes de servidores lotados na Secretaria de Ação Social e Cidadania deu-se em função da defasagem de profissionais, visto que o último concurso público para vagas de profissionais do SUAS ocorreu em 2013.

A Política de Assistência Social estabelece normativas regulatórias para sua execução nos serviços socioassistenciais da rede direta (governamentais) e indireta (sociedade civil), sendo a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS (Resolução CNAS no 269/2006) a normativa que operacionaliza a Gestão do Trabalho.

Desta forma, as unidades socioassistenciais (CRAS, CCI, CREAS, Centro Pop e Órgão Gestor) possuem quantitativos mínimos de trabalhadores do SUAS, conforme número de habitantes, territórios e prontuários.

No município, na Secretaria de Ação Social em 2022, contava com uma defasagem de 43 profissionais concursados, profissionais do SUAS, em suas sete unidades socioassistenciais e órgão gestor.

Devido a defasagem de profissionais, o retorno pleno dos atendimentos nos serviços e a retomada completa das atividades coletivas devido a amenização da pandemia, foi necessário utilizar do pagamento adicional para manter a excelência do atendimento à população.

Após o concurso realizado e homologado em setembro de 2022, foram contratados 45 novos servidores e com a reposição do quadro, a adequação à NOB-RH/SUAS (Resolução CNAS no 269/2006).

No que se refere as horas extras realizadas pelos engenheiros lotados na Secretaria de Obras, Karen Katiucia de Paiva Vieira e Eduardo Donizete Jordão, ocorreram em razão do volume de trabalho no exercício examinado, vez que foram realizados 65 projetos para atender as 14 Secretarias existentes. Quais sejam: estudo preliminar, estudos de viabilidade, projeto base, projeto executivo, memorial descritivo e planilhas orçamentárias,

além do acompanhamento diário de todas as aferições mensais, em forma de auditoria para garantir a conformidade e regularidade das obras descritas no plano de governo da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto.

Diante da demanda, foi criada a Diretoria de Convênios, lotada junto a Secretaria de Administração, como novos engenheiros que foram admitidos para garantir a divisão e equilíbrio dos processos. Concomitante, houve a contratação do Diretor Engenheiro Felipe Fernandes Martins para somar ao volume de atividades desenvolvidas, reduzindo assim as horas extras para os demais períodos.

Ademais, as horas extras relativas à Secretaria de Turismo, foram necessárias em razão da secretaria não dispor de servidores suficientes para a demanda crescente do turismo na cidade.

Nos últimos meses com a crescente “explosão” do número de turistas dado o sucesso do Parque Rocha Moutonnée, refletiu na necessidade de recrutar servidores para manutenção da limpeza e segurança, vez que tais serviços permitem o adequado acolhimento dos visitantes no Município.

Para o exercício de 2023 foi instituído o “sistema de escalas”, porém não é o suficiente para atender a demanda.

Informa a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer que boa parte das atividades esportivas ligadas a esta pasta acontece nos fins de semana ou no período noturno, sobretudo às que envolvem equipes representantes do município em competições regionais, estaduais e até nacionais. Para isso, há a necessidade do acompanhamento de técnicos esportivos, o que acaba por gerar, inevitavelmente, o pagamento de horas extras aos mesmos.

As principais praças esportivas municipais da cidade, via de regra, estão disponíveis para uso da população, inclusive em parte do período noturno e fins de semana. Isso demanda a presença de funcionários para os trabalhos de limpeza, manutenção em geral,

ou mesmo para apoio e comunicação, em caso de necessidade, o que acarreta também a necessidade de um trabalho além das horas normais e, por vezes, ocupando o período que seria do descanso semanal remunerado.

Na função de motorista, especificamente, em tese um dos mais sobrecarregados no trabalho de locomoção de atletas, equipes e até nas obrigações cotidianas da pasta. Desde o início desta Administração, a Secretaria de Esportes possui apenas um motorista profissional concursado e habilitado. Mesmo nos precavendo, ao máximo, para não haver uma sobrecarga recorrente de horas extras, por vezes tornou-se inevitável para não acarretar prejuízos às atividades da pasta, como por exemplo, deixar de oferecer transporte a atletas, equipes etc. em suas obrigações enquanto representantes do município nas mais diversas competições esportivas.

Portanto, considerando os esclarecimentos prestados e as providências anunciadas, acredita-se a questão pode ser alvo de recomendações, conforme entendimento esposado nas diversas decisões dessa E. Corte de Contas.

Nesse sentido, vejamos:

“SEGUNDA CÂMARA – SESSÃO DE 04/10/2022 – ITEM 56 TC-007040.989.20-4 Prefeitura Municipal: Alfredo Marcondes. Exercício: 2021. Prefeito: Celso Pirani Passos.

(...)

HORAS EXTRAS – pagamento de horas extras em desacordo com o disposto nº Decreto Municipal nº 06/2020.

(...)

Igualmente acolho os argumentos defensórios no tocante ao pagamento de horas extras executadas em sua maioria por servidores da Área da Saúde, em razão do aumento da demanda por conta da Covid-19.

A despeito da existência do Decreto Municipal nº 06/2020 vedando jornada extraordinária, penso que a situação de exceção existente por conta da pandemia se enquadra em casos de excepcionalidade e o desacerto pode

ser relevado, até porque a Origem informou que editou Regulamento Próprio sobre a matéria, inclusive instituindo banco de horas.

(...)

Em face de todo o exposto e acompanhando os posicionamentos das Assessorias Técnicas, sua i. Chefia e de SDG, **voto pela emissão de Parecer Favorável** às contas da Prefeitura Municipal de Alfredo Marcondes, relativas ao exercício de 2021, excetuados os atos pendentes de julgamento por este Tribunal.” (g.n.)

“SEGUNDA CÂMARA – SESSÃO DE 13/06/2023 – ITEM 43 TC-007089.989.20-6 Prefeitura Municipal: Igaraçu do Tietê. Exercício: 2021. Prefeito: Ricardo Verpa Costa da Silva.

EMENTA: CONTAS ANUAIS. PREFEITURA. IEGM. AUSÊNCIA DE AVCB. UNIDADES DE ENSINO E SAÚDE. QUADRO DE PESSOAL. CARGOS EM COMISSÃO. ATRIBUIÇÕES. ESCOLARIDADE. PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÕES. **HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. ADVERTÊNCIAS. PARECER FAVORÁVEL.** (g.n.)

(...)

Cabível advertência, também, para que a Prefeitura: **limite a realização de horas extras a situações atípicas, devidamente justificadas;** (...) (g.n.)

Assim, em face das jurisprudências supra referidas, requer o tratamento análogo para o Município de Salto.

B.1.12. ASPECTOS DAS DEMAIS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA NA GESTÃO

LOCAL:

Apontou a fiscalização que a Autarquia Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Salto - Saae Salto não cumpre plena e adequadamente a sua função social, tendo sido apontadas supostas irregularidades.

Sobre o apontado, reporta-se Vossa Excelência ao contido no processo eTC 2082.989.22-9, através do qual a Corte de Contas intimou os responsáveis pela Autarquia para apresentar as justificativas pertinentes.

Não obstante tal fato, cabe elucidar que o SAAE tem atuado para reduzir os índices de perdas de água, de modo a atender às metas do Marco do Saneamento Básico.

Nesse sentido, a Autarquia pleiteou verbas junto à FEHIDRO para a implantação da setorização do sistema, bem como a instalação de 14 macromedidores, com o principal objetivo de monitorar os pontos de perdas e atacar os problemas.

Ainda nessa linha, o SAAE tem intensificado a fiscalização dos casos de furto de água através de by-pass, locais sem hidrômetros, ligações clandestinas e outros tipos de desvios. Por fim, tem intensificado a troca de hidrômetros mais antigos do Município.

Quanto ao período de Racionamento, foi medida necessária em função da pior estiagem nos últimos 90 anos, que atingiu a todo o Estado de São Paulo.

O Racionamento adotado buscou ser o mais igualitário possível, sendo adotado somente em casos em que havia extrema necessidade, por conta das baixas nos mananciais. O período mencionado contemplou todo o decreto, contudo, não foram todos os dias, efetivamente, aplicados.

Nos últimos anos, o SAAE não tem tido superávit, muito menos poder de investimento em alta monta, para atender às necessidades do município. Por conta disso, a Prefeitura do Município fez dotações orçamentárias, via Lei aprovada no Legislativo Municipal, de valores destinados a obras e ações específicas, voltadas às melhorias do Saneamento do Município, que podem ser observadas nas Leis Municipais nº 3911/21; nº 3935/2022; nº 3969/2022.

Esses recursos foram e estão sendo investidos em aquisição de gerador de energia, reforma de bombas e tubulação, limpeza de mananciais e novas reservas de água bruta, aquisição de caminhão hidrojato, interligação de redes, etc.

B.3.2. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP):

Criticou-se o nobre Agente de Fiscalização que a Prefeitura “desatendeu ao limite fixado (5%) no artigo 28 da Lei Federal no 11.709/2004”, com redação alterada pela Lei no 12.024/2009 e pela Lei no 12.766/2012.

Em seus cálculos suscitou que a Administração despendeu em 2022 o equivalente a 8,23% da receita corrente líquida com a operacionalização de parcerias público-privadas.

Primeiramente, devemos destacar que o ajuste em questão está abrigado no TC-024453.989.21-2 (cópia do TC-002858/009/14), de relatoria originária do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Robson Marinho, **julgados regulares**, a licitação e o contrato, mediante Recurso Ordinário, em Sessão Plenária de 24/02/2021, com trânsito em julgado em 16/09/2021.

Contudo, não podemos concordar com os termos do apontamento, pois o nobre agente da fiscalização não realizou sua apuração nos exatos termos da Lei. Pois deixou de observar que somente deveriam ter sido levadas a efeito de cálculo as despesas de caráter continuado derivada da parceria em tela. Assim é o disposto no artigo 28 da Lei Federal nº 11.709/2004, senão vejamos:

*“Art. 28. A União não poderá conceder garantia ou realizar transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios se a **soma das despesas de caráter continuado** derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido, no ano anterior, a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes*

nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios”. (grifos nossos)

Neste sentido, deveria a fiscalização ter observado que para a consecução dos objetivos da parceria, os valores despendidos pela municipalidade também cobrem investimentos realizados pelo parceiro público, os quais deveriam ter sido excluídos do seu cálculo.

De outra forma e diferente do entendimento aplicado pelo agente da fiscalização, a Lei não impõe limites aos valores despendidos com as parcerias público privada, mas somente estabelece parâmetros de condição para que a União realize garantia ou transferências voluntárias aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

*“Art. 28. **A União não poderá conceder garantia ou realizar transferência voluntária aos Estados, Distrito Federal e Municípios se a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas por esses entes tiver excedido, no ano anterior, a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício** ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios”. (grifos nossos)*

Portanto, diferente do que entendeu a fiscalização, a Prefeitura de Salto não descumpriu a mencionada lei.

B.3.3. CONDIÇÕES DO NOVO PAÇO MUNICIPAL:

Excelência, em que pesem as críticas tecidas pela atenta fiscalização, cumpre observar que a mudança do paço municipal objetivou a centralização de órgãos e departamentos em local apropriado, permitindo a otimização de rotinas e o melhor fluxo das atividades relacionadas à gestão do Poder Executivo.

A concentração de órgãos e departamentos da Administração em único espaço permitiu o melhor trânsito de informações, para agilizar a prestação dos serviços colocados à disposição dos administrados. Além disso, houve economia diante da dispensa de imóveis locados e que estavam descentralizados da Administração Direta do Município.

Outrossim, cumpre esclarecer que o Paço foi instalado numa região pouco povoada do Município, **com a intenção de fomentar o desenvolvimento do território**, numa lógica similar à construção de Brasília no interior do país.

O novo Paço permitiu a reunião de diversas secretarias num mesmo centro administrativo, com a redução do pagamento de aluguéis, com a redução do impacto da Administração Pública no centro da cidade.

Em contra argumento ao anotado pela fiscalização, cabe esclarecer que na nova sede do Paço Municipal há refeitório guarnecido com refrigeradores e fornos de microondas para os servidores que laboram no paço.

Há, ainda, diversos restaurantes e empresas do ramo alimentício que promovem entregas de refeições na sede do Paço, atendendo via telefone, *whatsApp* e aplicativos, sendo, portanto, comum a entrega de refeições no Paço.

Ademais, cabe esclarecer que o atendimento ao público é realizado numa repartição denominada **Atende Fácil**, localizada no centro da cidade, e não no Paço Municipal. O Prefeito Municipal dispõe de um segundo gabinete, nesta localidade, onde atende toda a população, às terças-feiras.

Com tais argumentos, roga-se pelo afastamento das críticas sobre a atual localização do Paço Municipal.

C.1.3. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO:

A equipe de fiscalização constatou que a despesa educacional empenhada no Município de Salto cumpriu o artigo 212 da Constituição Federal e que houve utilização de todo o FUNDEB recebido, observando-se o artigo 25 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Verificou ainda, que houve aplicação não inferior ao mínimo de 70% do Fundeb na remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, dando cumprimento ao art. 212-A, XI, da Constituição Federal e ao art. 26 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Verificações		
01	A Fiscalização não identificou valores despendidos com inativos da educação básica incluídos nos mínimos constitucionais e legais do Ensino?	Não
02	Com base nos dados informados ao IEG-M e confirmados junto à origem, foi universalizada a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade? Meta 1A do PNE.	Sim
03	O Município tem ofertado educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 (três) anos? Meta 1B do PNE.	Sim
04	A rede municipal oferece educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica? Meta 6 do PNE – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	Sim
05	O Município cumpriu o piso nacional do magistério público da educação básica para o exercício em exame (piso nacional foi de R\$ 3.845,63 para 2022 – 40 horas semanais), definido com base na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008?	Sim
06	Sob amostragem, foi constatada adequação do currículo da rede municipal de ensino às proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente face ao previsto no artigo 26-A da Lei nº 9.394/1996, como o ensino da <u>história e cultura afro-brasileira e indígena</u> nos estabelecimentos de ensino fundamental?	Sim
07	Ao final do exercício, a Prefeitura não possuía recursos financeiros do salário educação pendentes de aplicação?	Sim ¹⁴
08	Ao final do exercício, as contas bancárias que receberam os repasses decendiais previstos no artigo 69, §5º, da LDB, tinham saldo para cobertura dos valores inscritos em restos a pagar até o limite de 25% da receita de impostos?	Sim

No presente item, acerca do salário educação, havia um saldo de R\$ 4.156.024,68 ao final do exercício, sendo que, nos anos de 2021 e 2020 havia saldos de R\$ 2.981.584,55 e R\$ 1.148.268,66, respectivamente.

Em decorrência da decisão do STF no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 188, no que tange a alteração da forma de cálculo para o repasse do QSE (salário educação), estes passarão a ocorrer considerando a proporção entre as matrículas de cada rede de ensino e o total das matrículas da educação básica pública, aplicada sobre a arrecadação observada em âmbito nacional. A Prefeitura Municipal de Salto geriu o recurso da maneira que entendeu mais adequado, partindo do princípio que no exercício de 2024 os valores a serem repassados serão reduzidos drasticamente.

Com informações recentes, foi possível identificar que a diminuição do salário educação chegará de aproximadamente R\$ 5.798.894,32, conforme se verifica as fl. 112 da Simulação da Distribuição da Quota Municipal de 2023 com Adoção das Regras de 2024. Confira-se:

SP	SALTO	10.745.861,28	0,1071%	4.946.966,96	0,0433%	-	5.798.894,32
----	-------	---------------	---------	--------------	---------	---	--------------

Dessa forma, o Poder Executivo foi vigilante para controlar o recurso, vez que isso poderá prejudicar a execução das despesas vinculadas ao salário educação nos anos subsequentes.

Diante das informações constantes deste item, requer-se o afastamento do apontamento em apreço.

D.1.5. CONNTROLE SOCIAL – ENSINO:

a.O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS não supervisionou o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, conforme artigo 33, § 2º, inciso II, da Lei Federal nº 14.113/2020;

Sobre a realização do censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual estão sendo acompanhadas pelo CACS-Fundeb no ano de 2023, em cumprimento ao artigo 33, § 2º, inciso II da Lei Federal 14.113/2020.

E.1.. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL:

Em relação ao atendimento à Lei de Acesso à Informação e à Lei de Transparência Fiscal, anotou-se as seguintes impropriedades:

a) O site da Prefeitura Municipal não disponibilizava as perguntas e respostas mais frequentes da sociedade.

Excelência, em que pese o apreço pelo *link* referente às “perguntas e respostas mais frequentes da sociedade”, importa destacar que o site da Prefeitura de Salto é dotado de informações setorizadas, permitindo que qualquer cidadão possa esclarecer suas dúvidas sobre os serviços públicos prestados pelo Poder Executivo.

Através das “abas” “SERVIÇOS”, “CIDADÃO” e “PORTAL DA TRANSPARÊNCIA” é possível obter acesso a todos os detalhes dos serviços prestados pelo Poder Executivo:

- ✓ <https://salto.sp.gov.br/servicos/>
- ✓ <https://salto.sp.gov.br/servicos-para-o-cidadao/>
- ✓ <https://appsalto.meumunicipio.digital/apex/salto02/f?p=839:1:3411438365855:>

A Prefeitura de Salto disponibiliza em seu site o telefone através do qual qualquer cidadão pode entrar em contato para esclarecimento de dúvidas sobre os serviços prestados, bem como mantém em pleno funcionamento o serviço denominado “ATENDE FÁCIL”, através do qual qualquer cidadão pode tirar dúvidas sobre os serviços públicos prestados pelo Poder Executivo.

A Prefeitura de Salto disponibiliza, ainda, o novo sistema de E-SIC, no qual o cidadão possui informações de documentos públicos, realiza questionamentos e pode acompanhar o andamento dos pedidos realizados.

No mais, cabe elucidar que o site foi, recentemente, atualizado, permitindo agora a exportação de arquivos em formato aberto.

Em tempo, importante informar que a Ouvidoria Municipal está compilando os principais questionamentos para futura edição da seção de perguntas e respostas, sanando a pendência apontada pela equipe de fiscalização.

Quanto a não regulamentação da Lei de Acesso à Informação questionada pela i. fiscalização, convém esclarecer que esta Prefeitura adotará as devidas providências para dar

cumprimento integral ao que determina o artigo 45 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e as normas e orientações deste E. Tribunal.

Demais, é certo que a desconformidade questionada pela fiscalização se trata, evidentemente, de falha de cunho formal e que não causou qualquer dano ao Município, razão pela qual, pode ser relevada conforme já decidiu este C. Tribunal em reiterados julgamentos, a exemplo da decisão proferida nos autos do processo TC 6805/989/20, vejamos:

“Conselheiro Robson Marinho

Segunda Câmara Sessão: 21/3/2023

90 TC-006805.989.20-9 PREFEITURA MUNICIPAL – CONTAS ANUAIS –

PARECER Prefeitura Municipal: Guaraçaí. Exercício: 2021.

[...]

G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

- A Lei de Acesso à Informação não foi regulamentada pela Prefeitura;

- A Prefeitura não regulamentou a Lei sobre Eficiência Pública (Governo Digital);

- O site da Prefeitura Municipal não disponibiliza as perguntas e respostas mais frequentes da sociedade;

- O site da Prefeitura Municipal não disponibiliza acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência;

- A Prefeitura não publicou em seu site da Transparência os Pareceres do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

[...]

Diante do exposto, voto no sentido da emissão de parecer favorável à aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2021, da Prefeitura Municipal de Guaraçaí, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.

[...]

É como voto.

O portal da transparência está disponível e possui fácil acessibilidade, com links intuitivos que permitem ao internauta amplo acesso de todas as informações, em formatos diferenciados, de maneira simples e fácil.

Os arquivos hospedados no portal da transparência podem ser exportados através de formatos usualmente utilizados no mercado, incluindo aqueles disponibilizados pelo pacote Office 365 da Microsoft (Excel, PDF, etc).

Assim, é possível concluir que os questionamentos da fiscalização podem ser afastados, autorizando o parecer favorável à aprovação das Contas Anuais em exame.

G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:

Anotou a fiscalização que foram constatadas divergências entre os dados informados pela Origem e aqueles apurados no Sistema Audesp, conforme apurado nos itens B.1. B.3 B.6. C.1.1. e C.1.10 do Relatório.

Remetemos a atenção de Vossa Excelência aos esclarecimentos prestados nos respectivos itens no bojo destas justificativas, motivo pelo qual, para evitar repetição, remete-se aos referidos itens.

Dessa forma, é importante enfatizar que tais falhas não passaram de simples questões técnicas e formais. Além disso, reafirmamos o compromisso da atual Administração em agir pautada no princípio da boa-fé, buscando sempre a máxima transparência e conformidade com a legislação vigente.

Diante das observações realizadas pela equipe de fiscalização, a Administração Municipal envidará esforços para evitar que estas falhas ocorram novamente nos exercícios futuros, comprometendo-se em adotar todas as providências necessárias para o

aprimoramento dos procedimentos, dando total atendimento aos princípios da transparência e evidência contábil.

Desse modo, o apontamento deverá ser relevado, ou levado ao campo das recomendações.

H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS:

A ilustre Equipe de Fiscalização entendeu que há indícios de que o município poderá não atingir metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em diversas dimensões.

A esse respeito, cumpre salientar que a honrosa pauta de objetivos estabelecida pela ONU se trata de um plano de ação global a fim de erradicar a pobreza. Tais objetivos incorporam a Agenda 2030, composta de 17 metas que, como já explícito em seu nome de campanha, tem por expectativa a conclusão das metas arroladas para o ano de 2030.

Longe de questionar a nobre meta global firmada por diversas nações ao redor do mundo, o que se discute aqui é o irrazoável apontamento feito pela douta Fiscalização, primeiramente porque as metas devem ser perseguidas até o ano 2030, ou seja, a estimativa de conclusão das metas dispostas na carta de objetivos está deveras longe de se concretizar, motivo precípuo pelo qual não há que se falar em descumprimento pelo Município de Salto em não implantar o disposto na Agenda 2030.

Ademais, as referidas metas não se trata de matéria executável obrigatoriamente, integralmente, inegavelmente, por todos os Estados-Membros e suas respectivas unidades, são metas de cooperação global que devem, sempre que possível, ser observadas, não sendo de implantação obrigatória como colocou a nobre Fiscalização, ao apontar o seu não atendimento, como se uma grave irregularidade fosse.

Desta forma, necessário proceder à análise e crítica em conjunto aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade e, principalmente, ao princípio da reserva do possível, visto que, as necessidades humanas são sempre ilimitadas, mas o Estado necessita obrigatoriamente se ater a sua capacidade econômica e estrutural, bem como considerar o seu porte e, como já dito, sempre priorizar as demandas, considerando a importância e principalmente o risco por eventual não atendimento.

Oportuno frisar que o princípio da reserva do possível não é escusa para a não implantação de políticas públicas, devendo ser necessariamente garantido o mínimo existencial à população.

Ou seja, o gestor, ao assumir um mandato, obriga-se a agir com expertise e coerência em seus atos, tendo sempre como objetivo o equilíbrio entre a otimização de custos e expansão de políticas e, indiscutivelmente, visando ao menos a mínima e coesa subsistência dos direitos sociais.

No entanto, ignorar as limitações naturais de determinados entes e suscitar tal cartilha de metas para lhes impor irregularidades, não é fazer justiça, e sim tripudiar os esforços contínuos e incessantes das gestões de municípios pequeníssimos que vêm, incessantemente, lançando esforços para o avanço da comunidade local, tal como indubitavelmente é o caso de Salto.

Assim sendo, a Administração Pública necessita perseguir constantemente metas de ampliação e positivação dos direitos acostados na Carta Magna, mas sempre de forma planejada, observando possíveis problemas de escassez que possam resultar da implantação desmedida de políticas mal estruturadas a sua realidade, agindo com coerência e realismo das condições que afetam a Administração.

Pois, em que pese a gestão laborar com exímia eficiência em prol dos mais elevados ideais, há de se reconhecer o incontestável fato de que, para a implantação de qualquer política, existe a necessidade de se ter fundos para a inserção de tais medidas, ou

seja, de se analisar a indiscutível limitação de recursos que pairam sobre entes federados tão pequenos.

É necessário sempre ponderar a antagônica relação entre infinitas necessidades e a limitação de recursos, devendo prevalecer sempre as pautas de maior impacto social e consagradas em nossa Carta Magna, como, por exemplo, o acesso à saúde, à educação, ao saneamento básico e outras.

Em que pese a disseminação e o alcance das metas estabelecidas pelos ODS, é preciso promover a atuação dos governantes e gestores locais como protagonistas da conscientização e mobilização em torno dessa agenda e não, como induz a equipe de fiscalização, como obrigatoriedade que fundamenta uma possível emissão de parecer desfavorável as contas ora em exame.

Através das justificativas e documentos apresentados nesta oportunidade, restou evidenciado que muitas das questões suscitadas pela fiscalização sequer persistem, ao passo que outras foram corrigidas.

Algumas questões estão na eminência de serem corrigidas, o que, com o devido respeito, poderão ser objeto de acompanhamento na próxima inspeção *in loco*.

É preciso observar que a implantação de medidas, ações e programas destinados ao atendimento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, na grande maioria das vezes, envolve o investimento de recursos elevados, o que exige cautela e amplos estudos por parte da Administração Pública.

Assim, por todo o exposto, rogamos para que o apontado seja completamente desconsiderado, à luz de todo o exposto, especialmente na esteira dos princípios da reserva legal, da razoabilidade e da proporcionalidade.

H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL:

Neste último tópico, criticou-se o desatendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal, conforme consignado no item A.5. Controle Interno.

Sobre o apontado, remetemos a atenção de Vossa Excelência aos esclarecimentos prestados no item A.5.

Ainda que intempestivamente, houve integral cumprimento do calendário AUDESP, não permanecendo nenhuma pendência passível de ensejar qualquer condenação ao Poder Executivo de Salto, razão pela qual, desde já, roga-se pela relevação das falhas apuradas, com emissão das recomendações pertinentes.

Observou-se, outrossim, diversas medidas foram adotadas ao longo de todos os exercícios, em relação da demanda reprimida da creche e muitas melhorias serão implementadas e continuam de forma gradativa sendo operacionalizadas pelo Executivo Municipal.

Conforme esclarecido, a maior parcela das falhas apontadas pela fiscalização não prosperam, razão pela qual não se pode cogitar eventual reincidência.

Registre-se, todavia, que a Prefeitura Municipal de Salto tem se esforçado ao máximo para atender à lei orgânica, instruções e recomendações desse E. Tribunal, sendo que para os raros casos em que esta praxe não foi observada o fato se deu por absoluta impossibilidade de cumpri-las cabalmente.

Assim, acredita esta Administração Pública no elevado espírito de justiça que norteia as decisões deste C. Tribunal para emitir parecer favorável as contas em apreço, ante a ausência de qualquer irregularidade que comprometa as contas de 2022 desta Prefeitura.

Também convém esclarecer, apenas a título argumentativo, que o mero descumprimento de recomendação não é motivo suficiente para fulminar a prestação de contas, tal como se verifica do julgamento proferido nos autos do processo TC 2875/989/20-4:

“Conselheiro Robson Marinho

Segunda Câmara Sessão: 8/2/2022 53

TC-002875.989.20-4 - PREFEITURA MUNICIPAL - CONTAS ANUAIS - PARECER Prefeitura Municipal: Louveira. Exercício: 2020. Prefeito: Nicolau Finamore Junior. Advogado(s): Régis Augusto Lourenção (OAB/SP nº 226.733) e Jader Aparecido Pereira Ferreira (OAB/SP nº 322.436). Procurador(es) de Contas: Renata Constante Cestari. Fiscalizada por: UR-3. Fiscalização atual: UR-3

Relatório

Em exame, as contas prestadas pela Prefeitura do Município de Louveira, relativas ao exercício de 2020, que foram fiscalizadas pela equipe técnica da Unidade Regional de Campinas (UR/03).

As principais ocorrências anotadas no relatório de fiscalização são as seguintes, em síntese:

[...]

H.3. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

- Desatendidas as Instruções do Tribunal quanto à fidedignidade da remessa de dados ao Sistema Audesp;

- Desatendimento de recomendações de exercícios anteriores.

[...]

*Diante de todo o exposto, **voto no sentido da emissão de parecer favorável à aprovação das contas anuais, referentes ao exercício de 2020, da Prefeitura Municipal de Louveira,** exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal.*

À margem do parecer, determino que se expeça ofício ao Executivo com as seguintes recomendações, sem prejuízo das já expostas no decorrer deste voto:

[...]

- Atenda às recomendações e Instruções desta Corte de Contas.

É como voto

No mesmo sentido:

“122 TC-003150.989.20-0

Prefeitura Municipal: Planalto. Exercício: 2020. Prefeito: Ademar Adriano de Oliveira. Advogados: Fátima Aparecida dos Santos (OAB/SP nº 161.749) e Airton da Silva Rego (OAB/SP nº 322.952). Procuradora de Contas: Letícia Formoso Delsin Matuck Feres.

RELATÓRIO

Versam os autos sobre as contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO, exercício de 2020.

[...]

O relatório da fiscalização anual realizada pela Unidade Regional de Araçatuba – UR- 01 (evento 52.21) apontou as seguintes ocorrências:

[...]

H.3. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

- Não atendimento às Instruções deste Tribunal, bem como desatendimento a diversas recomendações desta Corte.

[...]

VOTO

[...]

Diante do exposto, voto pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Planalto, relativas ao exercício de 2020.

[...]

À margem do Parecer, determino a expedição de ofício ao Chefe do Executivo com as seguintes advertências:

[...]

- Atenda integralmente às Instruções e recomendações deste Tribunal

[...]

Sala das Sessões, 19 de abril de 2022.

ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS
CONSELHEIRO SUBSTITUTO"

Portanto, considerando os esclarecimentos prestados nos itens correspondentes, pugna esta Administração pela regularidade do apontamento com a consequente emissão de parecer favorável à aprovação das contas em exame.

Diante da análise das anotações da ilustre auditoria, bem como das alegações de defesa trazidas ao conhecimento desse Egrégio Tribunal, não há outra conclusão a se extrair senão a de que as Contas do Exercício de 2022 da Prefeitura Municipal de Salto estão aptas a merecer o beneplácito dessa Colenda Corte, mesmo porque como visto anteriormente este Executivo está em posição bastante favorável em relação aos pontos tidos como cruciais da Administração Pública.

Logo, é possível concluir que as supostas falhas que por essa Corte venham a ser apuradas, tratar-se-ão de meras irregularidades formais, as quais não influenciaram na Administração do Município de Salto, não tendo ocasionado nenhum prejuízo aos cofres públicos, nem mesmo aos administrados, impossíveis, portanto, de macular todo o exercício financeiro de 2022, merecendo quando muito eventuais recomendações no sentido de não mais serem cometidas.

Por todo o exposto, é a presente para requerer à Vossa Excelência seja emitido parecer **FAVORÁVEL** à aprovação das Contas do Exercício de 2022 da Prefeitura Municipal de Salto, haja vista que foi dado atendimento aos pontos tidos como cruciais na Administração Pública.

Por fim, requer a concessão de 05 (cinco) dias de prazo, para a juntada da r. procuração.

Termos em que

P. Deferimento

Salto/SP, 05 de fevereiro de 2024.

ADV. ÉRICSON ROBERTO VENDRAMINI

OAB/SP - 144.460